

IPECE

Textos para Discussão

Nº 123 – Novembro/2017

Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações: Uma Análise Comparativa do Ceará com os Estados e Regiões Brasileiras.

**Alexandre Lira Cavalcante
Tereza Maria de Oliveira
Ana Cristina Lima Maia**

IPECE INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

João Mário de França – Diretor de Estudos Sociais

Cláudio André Gondim Nogueira – Diretor de Estudos de Gestão Pública

IPECE | Textos para Discussão

Ano 13 - nº 123 – Novembro de 2017

Autores:

Alexandre Lira Cavalcante – Analista de Políticas Públicas do IPECE

Ana Cristina Lima Maia – Assessora Técnica do IPECE

Tereza Maria de Oliveira – Pós-doutoranda PPAC/UFC

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores: Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

Visão: Ser uma Instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) - Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo - Cambéa | Cep: 60.822-325 | Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521
<http://www.ipece.ce.gov.br/>

Sobre o Textos para Discussão

A Série Textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) tem como objetivo a divulgação de estudos elaborados ou coordenados por servidores do órgão, que possam contribuir para a discussão de temas de interesse do Estado. As conclusões, metodologia aplicada ou propostas contidas nos textos são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não exprimem, necessariamente, o ponto de vista ou o endosso do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, da Secretaria de Planejamento e Gestão ou do Governo do Estado do Ceará.

Nesta Edição

O presente estudo tem por objetivo analisar a evolução do Grau de Abertura Econômica (GA) do Brasil, por regiões e estados, no período de 2007 a 2015. Essa análise será complementada através do índice de esforço exportador (EE) que identificará quais economias regionais apresentam elevada importância de suas exportações na produção doméstica e também pelo índice de dependência das importações (DI), que apresentará quais economias são mais dependentes do exterior para atender a demanda interna de produtos. Para o cálculo das medidas elencadas foi feita a conversão das exportações e importações de dólares para reais utilizando dados mensais encontrando-se posteriormente o valor anual das exportações e importações. As principais fontes das variáveis utilizadas provêm da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os principais resultados revelam que a região Norte e Sul são as regiões mais abertas comercialmente com grau de abertura superior ao do Brasil em todos os anos, apresentando um perfil de comércio exterior equilibrado, com viés exportador, no último ano. A região Sudeste acompanhou o padrão nacional também apresentando padrão comercial equilibrado com leve viés exportador. O Centro-Oeste foi a região que mais evoluiu seu grau de abertura nos últimos anos, muito em função do resultado dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Por fim, o Nordeste apresentou o menor grau de abertura comercial, com quatro estados pertencendo a faixa de grau de abertura inferior a 5% do produto interno bruto.

Análise do Grau de Abertura, do Esforço Exportador e da Dependência das Importações do Brasil: Uma Análise Comparativa por Regiões e Estados entre os anos de 2007 e 2015

Alexsandre Lira Cavalcante

(Analista de Políticas Públicas do IPECE)

Ana Cristina Lima Maia

(Assessora Técnica do IPECE)

Tereza Maria de Oliveira

(Pós-doutoranda PPAC/UFC)

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a evolução do Grau de Abertura Econômica (GA) do Brasil, por regiões e estados, no período de 2007 a 2015. Essa análise será complementada através do índice de esforço exportador (EE) que identificará quais economias regionais apresentam elevada importância de suas exportações na produção doméstica e também pelo índice de dependência das importações (DI), que apresentará quais economias são mais dependentes do exterior para atender a demanda interna de produtos. Para o cálculo das medidas elencadas foi feita a conversão das exportações e importações de dólares para reais utilizando dados mensais encontrando-se posteriormente o valor anual das exportações e importações. As principais fontes das variáveis utilizadas provêm da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os principais resultados revelam que a região Norte e Sul são as regiões mais abertas comercialmente com grau de abertura superior ao do Brasil em todos os anos, apresentando um perfil de comércio exterior equilibrado, com viés exportador, no último ano. A região Sudeste acompanhou o padrão nacional também apresentando padrão comercial equilibrado com leve viés exportador. O Centro-Oeste foi a região que mais evoluiu seu grau de abertura nos últimos anos, muito em função do resultado dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Por fim, o Nordeste apresentou o menor grau de abertura comercial, com quatro estados pertencendo a faixa de grau de abertura inferior a 5% do produto interno bruto.

Palavras-chave: Grau de abertura econômica, esforço exportador, dependência das importações, Brasil.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the evolution of Brazil's Economic Openness (EO), by regions and states, from 2007 to 2015. This analysis will be complemented by the export effort index (EE), which will identify which regional economies show high importance of their exports in domestic production and also by the index of dependence on imports (DI), which will show which economies are more dependent on the outside to meet domestic demand for products. For calculating the measures listed, the conversion of exports and imports from dollars to reais was done using monthly data, and the annual value of exports and imports was subsequently recorded. The main sources of the variables used come from the Foreign Trade Secretariat (SECEX) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The main results show that the North and South regions are the most open commercially with a degree of openness superior to that of Brazil in all years, presenting a balanced export trade profile, in the last year. The Southeast region followed the national standard also presenting balanced trade pattern with slight export bias. The Midwest region was the region with the highest degree of openness in recent years, due to the results of the states of Mato Grosso and Mato Grosso do Sul. Finally, the Northeast had the lowest degree of commercial opening, with four states belonging to the opening degree range of less than 5% of gross domestic product.

Key words: Degree of economic opening, export effort, dependence on imports, Brazil.

1. INTRODUÇÃO

Há séculos que se debate acerca das vantagens e desvantagens do comércio internacional entre as nações. Em um extremo situa-se aqueles que defendem o liberalismo como modelo ideal de comércio; e em outro, os que acreditam na importância do protecionismo para o desenvolvimento das potencialidades econômicas de um país (APPLEYARD *et al.*, 2010). Entretanto, como afirma Krugman (2001, p. 206), “mesmo entre os que duvidam da perfeição da política de abertura comercial, existem muitos que a defendem como a melhor alternativa dentre as que o governo de um país pretende adotar”.

O presente estudo tem por objetivo analisar a evolução do Grau de Abertura Econômica (GA) do Brasil, por regiões e unidades da federação, no período de 2007 a 2015¹. Essa análise será complementada através do índice de esforço exportador (EE) que identificará quais economias regionais apresentam elevada importância de suas exportações na sua produção doméstica. E pela análise do índice de dependência das importações (DI), que apresentará quais economias são mais dependentes de importações para atender sua demanda interna de produtos. Por fim, serão apresentadas as categorias de produtos mais relevantes em cada uma delas.

Este texto está dividido em cinco seções. Após a introdução, na seção 2, realiza-se um breve levantamento sobre as teorias de comércio internacional. Na seção 3, encontram-se os aspectos metodológicos quando serão apresentados os principais indicadores de comércio exterior utilizados, as fontes das variáveis e o tratamento dos dados. Na seção 4, apresenta-se a análise de resultados, em que será mostrada a dinâmica do grau de abertura brasileira, por regiões e estados traçando o perfil comercial de cada uma dessas três dimensões, bem como, uma análise geral do grau de abertura por estados brasileiros, permitindo um agrupamento dos mesmos por diferentes faixas de grau de abertura comercial. Por fim, a seção 5, traz as considerações finais.

2. PANORAMA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Segundo alguns historiadores, com o advento das grandes navegações no final do século XV, passou a se evidenciar o que pode ser considerado como a primeira experiência de grande integração comercial entre os países. Esse movimento possibilitou um estímulo importante

¹ O último ano que possui dados para o PIB nacional e PIB regional disponibilizados pelo IBGE é 2015.

para que as economias pudessem se engajar num intensivo processo de especialização e divisão do trabalho o que reforçou sobremaneira a necessidade de trocas entre os países.

Já no século XIX, em razão principalmente das inovações tecnológicas e da redução significativa dos custos de transportes oriundas da Revolução Industrial, observou-se novamente um aumento intenso do comércio internacional, passando este a representar 33% da produção mundial, um crescimento de 11 vezes em apenas um século (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

Esse crescimento foi interrompido na primeira metade do século XX, em razão principalmente da 1ª e 2ª Guerra Mundial e da crise financeira de 1929. O período compreendido entre o fim da 2ª Guerra e a crise do petróleo na década de 1970 foi marcado novamente por um forte crescimento econômico dos países, com ampla repercussão também no comércio internacional, sendo essa época conhecida como a Idade de Ouro.

A partir da década de 1980, passa-se a transitar de um modelo de comércio internacional caracterizado por forte protecionismo, até então vigente, para um novo arcabouço, em que se têm diversas novas formas de comercialização: a inclusão dos serviços, um aumento maciço da quantidade de investimentos diretos, um deslocamento de fases de produção para outros países possibilitando a formação de alianças estratégicas e o início de um amplo processo de desregulamentação, privatização e abertura de novos mercados ao exterior por parte de economias até então fechadas e com forte presença estatal, sendo a China um exemplo clássico dessa nova fase (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010).

É possível, portanto, evidenciar uma série de transições com relação à postura de economias, desenvolvidas ou não, na condução de sua política comercial, o que ressalta a relevância de melhor entender-se um pouco da dinâmica do comércio internacional desenvolvidos até o presente momento.

Se por um lado é compreensível entender essa motivação, por outro, inúmeros aspectos relacionados ao comércio internacional permanecem ainda sem uma resposta definitiva, tais como: por que motivo as economias deveriam estabelecer laços comerciais? Quais os tipos de bens que deveriam ser exportados ou importados por um determinado país? Quais os benefícios/malefícios oriundos deste comércio para o desenvolvimento dos países? As teorias são limitadas quando tentam responder, individualmente, essas questões. Ainda não existe um modelo teórico único que consiga identificar, explicar e demonstrar a integração entre as principais variáveis envolvidas nas transações do comércio internacional.

O presente tópico apresenta as principais teorias que tratam do comércio internacional, a partir de uma visão evolutiva. Inicialmente descrevem-se as teorias tradicionais do comércio internacional e em seguida faz-se uma abordagem sobre as principais teorias contemporâneas, como o Teorema de Hecksher-Ohlin e suas evoluções, o Teorema de Stolper-Samuelson e, por fim, o Teorema de Rybczynski.

2.1. TEORIAS CLÁSSICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

2.1.1. A Teoria Mercantilista

O início do tratamento mais sistematizado destas questões atinentes ao comércio internacional deu-se com a Teoria Mercantilista, um conjunto de ideias que pregavam que uma nação iria se tornar mais rica na medida em que suas exportações fossem superiores às importações (século XV a meados do século XVIII). Naquela época uma série de práticas protecionistas surgiu no tratamento do comércio entre os países em que a diretriz básica era a acumulação de reservas em metais preciosos (ouro e prata).

Segundo o pensamento mercantilista – estruturado de modo a acomodar os interesses da burguesia em ascensão aos do forte estado nacional –, o enriquecimento de uma nação era alcançado na medida em que sua população aumentava numericamente e crescia o volume de metais preciosos em estoque. O papel do estado era de, por um lado, proporcionar bem-estar aos seus nacionais, estimulando o comércio e a indústria para atender a demanda interna, e por outro envidar esforços para aumentar o estoque de metais preciosos (APPLEYARD *et. al.*, 2010).

O favorecimento às exportações dos artefatos produzidos internamente era a principal forma de se conseguir o incremento das reservas de metais preciosos, uma vez que o pagamento dessas vendas para o estrangeiro era realizado em ouro e prata. Paralelamente, evitava-se a saída de metais preciosos com toda a sorte de dificuldades ou mesmo a pura e simples proibição das importações.

Esse pensamento estava baseado na ideia de que quanto maior o superávit comercial², maior seria o fluxo de metais preciosos, cujo estoque determinava o quão rica seria uma nação. Isso

² David Hume em 1752 em *Political Discourses* questionou o argumento de uma economia poder acumular divisas sem afetar com isso sua posição competitiva no mercado internacional. Segundo ele, a acumulação via superávits comerciais acabaria por afetar a oferta interna de moeda e, assim, elevar o nível de preços e salários internos. Esse aumento, por sua vez, comprometeria a competitividade das exportações do país superavitário, reduzindo sua possibilidade de continuar gerando excedente comercial. A lógica básica da visão clássica é que

implicava que a prosperidade de uma economia seria feita em detrimento da outra, o que gerava na maioria das vezes um excesso de nacionalismo, além de uma forte política de imposição de barreiras à importação (APPLEYARD; FIELD, 1998). Essa forma de pensar passa a ser questionada posteriormente pela Teoria das Vantagens Absolutas.

2.1.2. A Teoria das Vantagens Absolutas

Em sua obra clássica, em 1776, “A riqueza das nações”, Adam Smith procurou demonstrar as fragilidades do pensamento mercantilista e as virtudes do comércio entre as nações, afirmando que os mercantilistas não percebiam que uma troca deveria beneficiar ambas as partes, não existindo, necessariamente, déficit para uma delas. Para ele quando uma nação é mais eficiente do que a outra na produção de uma mercadoria – ou seja, tem vantagens absolutas-, porém é mais ineficiente do que a outra na produção de uma segunda mercadoria, nesse ponto os dois poderiam ganhar, caso se especializem naquela mercadoria em que tenham vantagens absolutas. Ao trocar essas mercadorias entre si, os dois países ganhariam com o comércio internacional.

Segundo ainda a Teoria das Vantagens Absolutas um país poderia extrair benefícios do comércio, uma vez que a riqueza das nações era resultado do aumento da produtividade do fator trabalho. Dessa forma, o simples acúmulo de metais preciosos não seria determinante do enriquecimento dos países e que o aumento de produtividade seria o resultado da tendência crescente do homem de trocar, negociar e vender produtos. Desse modo, para elevar a produtividade era necessário que a divisão do trabalho fosse estimulada ao máximo possível durante os processos produtivos, apesar dela ser limitada pela extensão do mercado. Assim, a forma mais lógica de se ampliar o mercado para os produtos fabricados por um determinado país seria promover o comércio internacional (GALBRAITH, 1989).

Na concepção de Smith, cada país deveria exportar mercadorias que produzisse de forma mais barata e, concomitantemente, importar os bens cuja produção interna não fosse competitiva, isto é, bens em que o similar estrangeiro fosse mais barato. Essa era a ideia central da Teoria das Vantagens Absolutas (SMITH, 1988).

para duas economias manterem espontaneamente vínculos comerciais entre si, é preciso que ambas tenham a ganhar com essas transações.

2.1.3. A Teoria das Vantagens Comparativas

A partir das ideias de Smith, o avanço seguinte no desenvolvimento de uma teoria do comércio internacional e que até nossos dias é de grande importância, deveu-se a David Ricardo que em 1817 publicou “Princípios de Economia Política e Tributação”, no qual apresentou o conceito de Vantagens Comparativas. De acordo com a chamada Lei das Vantagens Comparativas, mesmo se um país fosse menos eficiente do que outro na produção de duas mercadorias – ou seja, mesmo quando tiver uma desvantagem absoluta nas duas -, ainda assim haveria uma base para um comércio mutuamente benéfico. Esse país poderia se especializar na produção e exportação da mercadoria em que sua desvantagem absoluta fosse menor – ou seja, no bem ou serviço que tivesse uma vantagem comparativa – e passar a importar o bem em que sua desvantagem absoluta fosse maior, ou seja, aquele que tivesse uma desvantagem comparativa.

O engajamento no comércio internacional permite aos países em desenvolvimento importar bens de capital e intermediário a preços inferiores aos dos produzidos domesticamente. Na sua essência, esse modelo era baseado unicamente na produtividade do trabalho como único fator a explicar o comércio entre as nações. Portanto a existência de níveis diferentes de produtividade entre os países seria o fator responsável pelo diferencial de preços de um mesmo produto.

Assim, de acordo com Ricardo³, os países exportarão aqueles bens cujo fator trabalho empregado nessa produção, produz o bem de forma relativamente mais eficiente e importarão aqueles produtos cuja produção ocorre em termos comparativos de forma menos eficiente. A ideia-chave da Teoria das Vantagens Comparativas é que o país possui vantagem comparativa quando possuir uma menor relação entre os custos de produção do produto A em relação ao produto B. O comércio seria assim mutuamente mais vantajoso caso as nações parceiras canalizassem seus recursos para a produção daqueles bens que produzissem com maior eficiência, isto é, com menores custos relativos.

³Ricardo (1822, p. 104): Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra.

Apesar do grande avanço teórico que o Modelo Ricardiano propiciou para o melhor entendimento do comércio entre os países, ele era bastante restritivo ao levar em conta apenas um único fator de produção (o trabalho) para explicar as vantagens comparativas entre os países. Algumas questões ainda ficavam em aberto como, por exemplo, a necessidade de explicar porque os mesmos produtos apresentavam produtividades diferentes nos diversos países. Ademais esse modelo não fazia menção à evolução da demanda à medida que as economias iam se desenvolvendo, nem considerava tampouco as preferências dos agentes como fator relevante para explicar o padrão do comércio internacional.

2.2. TEORIAS CONTEMPORÂNEAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

2.2.1. O Teorema de Hecksher-Ohlin

O teorema de Hecksher-Ohlin (H-O), atribuído a Eli Filip Hecksher e Bertil Ohlin foi uma das mais importantes e influentes explicações para o comércio internacional, depois da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo. Esses pesquisadores propuseram um modelo em que as diferenças entre as dotações de fatores de produção e a intensidade relativa com que eles são utilizados explicariam as vantagens comparativas, sendo assim os elementos fundamentais determinantes do comércio entre os países.

Em sua essência, o modelo está centrado na suposição de que as vantagens comparativas decorrem da interação entre a abundância relativa dos fatores de produção de cada país e a tecnologia de produção, que determina em última instância a proporção dos diferentes fatores de produção utilizados na produção dos bens em cada país. Desse modo, a nação iria se especializar e exportar o bem que requer utilização mais intensiva de seu fator de produção relativamente abundante.

Essencialmente pode-se dizer que o Teorema de H-O afirma que os países importam e exportam produtos pela simples razão de estarem impedidos de comercializar os próprios fatores de produção, em virtude de circunstâncias diversas como as barreiras físicas, tarifárias e idiomáticas, as leis de imigração, as necessidade de salvaguardar suas invenções entre outros.

Caso não existissem tais impedimentos, o trabalho migraria em busca de melhores salários e o capital se movimentaria à procura de melhor remuneração até a perfeita equalização de seus retornos. Esse processo, levado ao extremo, reduziria ou mesmo eliminaria as diferenças nas

dotações dos fatores entre os diversos países. Assim, em última análise, o comércio internacional nada mais seria do que uma maneira indireta de se comercializar os fatores de produção contidos nas mercadorias devido à impossibilidade de movimento irrestrito desses fatores.

2.2.2. O Teorema de Hecksher-Ohlin-Samuelson

A primeira contribuição importante derivada do Teorema H-O foi o Teorema da Equalização dos Preços dos Fatores – também conhecido como Teorema de Hecksher-Ohlin-Samuelson (H-O-S) – que afirma que, mantidas as hipóteses do teorema original, em especial a da economia em pleno emprego na utilização dos fatores, o comércio de bens equaliza a remuneração desses fatores de produção. Com isso, o comércio de mercadorias tem o mesmo efeito sobre as taxas de salário e do retorno do capital físico, que um modelo em que se considere a mobilidade dos fatores.

De acordo ainda com essa estrutura de análise, o comércio internacional leva a um equilíbrio Pareto-eficiente com maior bem-estar para cada economia, dada à possibilidade de realocação intersetorial dos recursos. Movimentos nos preços relativos criam diferenciais intersetoriais de remuneração de fatores que estimulam o seu movimento até o ponto em que tais diferenciais sejam eliminados. Supondo, por exemplo, um país no qual o setor importador é intensivo em capital e o exportador intensivo em mão-de-obra, uma reorientação da estratégia da substituição de importações para uma estratégia voltada para exportações reduz os preços relativos domésticos dos bens importados.

Se o segmento exportador é menos intensivo em capital que o setor importador, a mudança na composição do produto aumenta a demanda agregada por trabalho e diminui por capital. O resultado será um novo equilíbrio, no qual os salários reais aumentam e a rentabilidade do capital cai, promovendo a redistribuição de renda após a abertura. Assim, de acordo com o modelo H-O-S, a liberalização comercial é uma importante política para os países em desenvolvimento aumentarem concomitantemente sua taxa de crescimento e os salários reais.

2.2.3 O Teorema de Stolper-Samuelson

A segunda contribuição importante derivada do Teorema H-O é o Teorema de Stolper-Samuelson (S-S) que analisa os reflexos que o comércio internacional provoca sobre a remuneração dos fatores e, conseqüentemente, sobre a distribuição de renda de um país.

De uma forma geral, ele estabelece que a integração comercial tem o efeito de aumentar o preço relativo do trabalho no país em que esse fator existe em abundância (sendo o capital escasso), bem como reduzir a remuneração relativa do trabalho no país onde esse fator é escasso e o capital é abundante. Ao relacionar comércio exterior à remuneração do fator trabalho em países que o possuem em abundância (em desenvolvimento) ou escassez (industrializados), o Teorema S-S em conjunto com o Teorema da Equalização dos Preços dos Fatores frequentemente são utilizados na avaliação dos efeitos de processos de abertura comercial sobre a distribuição de renda entre os fatores de produção capital e trabalho.

Sendo assim a ideia que se coloca é que na ausência de comércio internacional, a escassez relativa de fatores condiciona a distribuição de renda em um país. Supondo uma situação em que haja abertura comercial, tem-se início um processo de especialização da economia na direção de produzir bens que embutem, na sua fabricação, fatores abundantes com concomitante redução daqueles que necessitam de fatores escassos. A exposição da economia do país em questão – sob as hipóteses de H-O – são suficientes para que afluam as vantagens comparativas desse país hipotético relativamente aos outros com os quais venha eventualmente a comercializar.

A conclusão é a de que ocorre uma redistribuição de renda dos fatores escassos, capital ou terra, para o fator abundante, nesse exemplo, o trabalho. Processo semelhante redistribui renda a favor do capital ou a terra nos países onde esses fatores são abundantes e o trabalho escasso. Em resumo, segundo Stolper-Samuelson, o pleno emprego, de um lado, e a equalização do preço dos fatores, de outro, garantem que o fator de produção abundante se beneficie com o comércio. Esta conclusão oferece um suporte teórico importante aos defensores da liberalização comercial.

2.2.4 O Teorema de Rybczynski

A terceira contribuição ao teorema de Heckscher-Ohlin, o teorema de Rybczynski, discute – mantidos os requisitos do Modelo – os impactos da variação das disponibilidades dos fatores sobre as quantidades de bens produzidas e respectivas remunerações. Mais precisamente, o Teorema assegura que o aumento da oferta de um dado fator de produção tende a aumentar a produção das mercadorias intensivas naquele fator mais que proporcionalmente à produção dos bens que utilizam o fator que não sofreu a expansão em sua oferta.

Por fim, as principais críticas à Teoria Moderna do Comércio Internacional apontam tanto para o caráter estático⁴ do Modelo de H-O, como por não oferecer nenhum tratamento à evolução da demanda, e, ainda, por apresentar premissas por demais restritivas (tecnologia de produção idêntica, consumidores com mesmas preferências etc.).

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS E FONTES DE DADOS

3.1. PRINCIPAIS INDICADORES UTILIZADOS

As teorias de comércio internacional expostas acima, a partir de Smith, convergem a favor da liberalização comercial, mostrando que as trocas de mercadorias realizadas por diferentes países, geram benefícios mútuos resultando em maior crescimento e desenvolvimento econômico. Foi possível compreender que os países tendem a se especializar em produtos que, de algum modo, apresentem alguma vantagem comparativa, seja na eficiência produtiva, seja na abundância e intensidade de uso de determinado fator de produção. Uma das vantagens apontadas foi que o engajamento no comércio internacional permite as regiões em desenvolvimento importar bens de capital e intermediário a preços inferiores aos dos produzidos internamente.

Outra vantagem percebida é que a integração comercial tem o efeito de aumentar o preço relativo de um fator de produção no país em que ele existe em abundância, provocando melhor redistribuição de renda em favor desse fator. Assim, o fator de produção abundante se beneficia com o comércio devido ao aumento da demanda por esse fator fazendo com que o fator abundante convirja para o pleno emprego.

Conclui-se, então, que diferentes regiões podem tirar inúmeras vantagens da liberalização comercial, a exemplo da expansão de mercados, aumento da eficiência produtiva e alocativa na utilização de recursos, trocas de experiências e tecnologias, e transferências de conhecimento. Com isso, faz-se necessário medir a intensidade de trocas comerciais do estado do Ceará com o resto do mundo, fazendo uma análise comparativa com os demais estados e regiões brasileiras.

3.1.1. Grau de Abertura da Economia (GA)

Para se alcançar tal propósito se fará uso do indicador conhecido como grau de abertura econômica. O referido indicador de grau de abertura (GA) mostra a intensidade das relações comerciais de uma dada região com o resto do mundo. Quanto mais fortes forem estas

⁴ Modelo estático é aquele em que as variáveis assumem valores referentes a um único instante.

relações comerciais, mais aberta estará a referida região ao comércio internacional. Esta medida não tem uma interpretação absoluta e sim relativa. Ela expressa a participação da corrente de comércio exterior na produção doméstica em termos percentuais.

A interpretação desse indicador pode ser obtida diretamente do cálculo, mas fica muito restrita. Logo, a melhor forma de interpretar essa medida é através da sua comparação com um padrão pré-definido que podem ser outros estados ou outros países do mundo, dado que não existem, a priori, parâmetros estatísticos de comparação construídos para os quais se poderia dizer que uma dada região é mais ou menos aberta para o mercado global. Assim, o grau de abertura econômica de uma dada região leva em consideração o conjunto de regiões com quem ela se compara. A fórmula do referido indicador é apresentada abaixo:

$$GA = \left(\frac{X_{jt} + M_{jt}}{PIB_{jt}} \right) \times 100$$

Em que, X_{jt} e M_{jt} representam, respectivamente, o valor das exportações e importações de uma dada região j (estado ou país) em um dado período t e o PIB_{jt} representa o valor da produção interna bruta da mesma região j para o mesmo período t (LOBEJÓN HERRERO, 2001).

Para atender ao objetivo desse estudo que é calcular a dinâmica do grau de abertura da economia brasileira, realizando-se uma análise por regiões e estados, faz-se necessário o cálculo de outros dois importantes indicadores estruturais de comércio exterior, a saber: o esforço exportador e o grau de dependência das importações do comércio exterior. Esses dois indicadores servirão para melhor compreensão do direcionamento da corrente de comércio de cada região e estado do país, ou seja, será útil para classificar se um dado estado ou se determinada região é “predominantemente⁵ exportadora ou importadora” em certo período.

3.1.2. Esforço Exportador (EE)

O indicador de esforço exportador (EE) é outra forma simples de se medir o grau de abertura da economia de uma dada região (estado ou país) para o mercado externo e indica a parte do produto interno bruto que é destinada a outros países. A fórmula do referido indicador é apresentada abaixo:

⁵ Essa classificação segue terminologia utilizada no Boletim Regional do Banco Central do Brasil de outubro de 2013.

$$EE = \left(\frac{X_{jt}}{PIB_{jt}} \right) \times 100$$

Em que, X_{jt} representa o valor das exportações de uma dada região j (estado ou país) em um dado período t e o PIB_{jt} representa o valor da produção interna bruta da mesma região, também para o respectivo período t (LOBEJÓN HERRERO, 2001).

3.1.3. Dependência das Importações (DI)

O indicador de dependência das importações (DI), também conhecido como coeficiente de penetração das importações em uma dada região, indica a participação das compras externas na produção interna bruta dessa região (estado ou país), revelando o grau de atendimento da demanda doméstica por produtos estrangeiros. A fórmula do referido indicador é apresentada a seguir:

$$DI = \left(\frac{M_{jt}}{PIB_{jt}} \right) \times 100$$

Em que, M_{jt} representa o valor das importações de uma dada região j (estado ou país) em certo período t e o PIB_{jt} representa o valor da produção interna bruta da mesma região, também para o período t (LOBEJÓN HERRERO, 2001).

3.2. FONTES E TRATAMENTO DOS DADOS

Para calcular os três indicadores elencados na seção anterior, são necessários dados de exportações e importações anuais para o país, grandes regiões e estados brasileiros. Foram utilizados os micro dados de comércio exterior disponibilizados pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), fazendo uso do software STATA 13.0. Também foram utilizados dados de Produto Interno Bruto anual para as três dimensões citadas disponíveis nas Contas Regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período de 2007 a 2015.

Vale destacar que os valores de exportações e importações anuais estão disponíveis em dólar corrente⁶, enquanto os valores do Produto Interno Bruto anual estão disponíveis em reais correntes.

⁶ As exportações e importações estão disponíveis em US\$ FOB (*Free On Board*). FOB designa uma modalidade de repartição de responsabilidades, direitos e custos entre compradores e vendedores, no comércio de mercadorias internacional. Na modalidade FOB, o remetente da mercadoria (exportador) é responsável

Esta diferença monetária impede uma comparação direta das variáveis que compõem a fórmula de cálculo dos indicadores listados anteriormente para o país, grandes regiões e estados. Ou seja, todas as variáveis precisam estar na mesma unidade monetária para tornar possível a comparação do fluxo de comércio exterior com o nível de produção doméstica. Optou-se, assim, por converter os valores das exportações e importações anuais de dólares para reais.

Contudo, antes de encontrar diretamente o valor das exportações e importações anuais em reais, optou-se inicialmente por obter tais valores, mês a mês, em dólares. Foi aplicada, então, uma taxa de câmbio nominal mensal⁷ para cada mês do referido ano, obtendo os valores mês a mês em reais das exportações e importações. Em seguida, somaram-se os valores mensais, já convertidos em reais, encontrando, dessa forma, os valores anuais das exportações e importações para o total do país, para as grandes regiões e para os vinte e sete estados da federação. Dessa forma, foi encontrada uma medida mais acurada das exportações e importações anuais em reais para as três dimensões, país, regiões e estados.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1. GRAU DE ABERTURA ECONÔMICA BRASILEIRA

A Tabela 1, abaixo, contém dados sobre a dinâmica do grau de abertura da economia brasileira, das grandes regiões e dos vinte e sete estados da federação para os anos de 2007 a 2015, trazendo algumas medidas estatísticas descritivas, a exemplo da média do grau de abertura no período, nível de dispersão absoluta da amostra calculada a partir do desvio-padrão amostral, valores mínimos e máximos na série.

Em 2007, o grau de abertura da economia brasileira foi de 19,81%, significando que o fluxo de comércio exterior, dado pela soma das exportações e importações, representou quase um quinto do valor da produção doméstica do país. Tal participação foi crescente até 2008 (21,72%), revelando uma intensificação das trocas comerciais com o resto do mundo com crescimento do fluxo de comércio em 25,3% comparado ao anterior, enquanto o PIB do país cresceu nominalmente em 14,3% na mesma comparação.

pelos custos de transporte e seguro da carga somente até que esta seja embarcada no navio. O comprador (importador) torna-se responsável pelo pagamento do transporte e do seguro a partir daí.

⁷ A Taxa de câmbio nominal utilizada foi a Taxa de câmbio comercial para venda: real (R\$)/dólar americano (US\$) - fim período, disponível no site do IPEADATA, que é a mesma Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) - Fim de período – mensal disponível no site do Banco Central.

Mas por conta da crise internacional de 2008/2009, o grau de abertura da economia brasileira sofreu uma mudança drástica, caindo para 16,54% do PIB. Resultado de uma combinação de queda no fluxo de comércio externo de 18,4% e de um crescimento nominal do PIB de 7,2%. Vale notar que o valor das exportações caiu em 16,5%, enquanto o valor das importações caiu em 20,5% entre esses dois anos.

Tabela 1: Grau de Abertura Econômica – Brasil, Regiões e Estados – 2007 a 2015

Estados	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média	DP	Máx.	Mín.
Norte	24,72	28,5	21,57	23,53	24,67	25,35	26,29	24,81	24,80	24,92	1,87	28,5	21,57
Rondônia	6,94	7,66	5,59	4,87	5,44	9,61	11,6	11,83	14,77	8,7	3,45	14,77	4,87
Acre	0,74	0,65	0,45	0,5	0,44	0,27	0,25	0,29	0,54	0,46	0,17	0,74	0,25
Amazonas	35,04	42,76	30,2	35,07	32,12	39,12	39,86	37,63	36,66	36,5	3,9	42,76	30,2
Roraima	0,82	0,74	0,8	0,51	0,5	0,54	0,36	0,71	0,69	0,63	0,16	0,82	0,36
Pará	31,7	35,2	29,46	29,53	33,41	29,7	30,57	28,81	28,93	30,81	2,21	35,2	28,81
Amapá	5,73	6,21	5,93	8,52	11,98	9,98	8,75	9,45	7,37	8,21	2,1	11,98	5,73
Tocantins	4,28	6,53	5,82	6,26	5,80	7,44	8,17	9,67	11,95	7,32	2,32	11,95	4,28
Nordeste	13,46	13,83	9,70	11,22	12,35	13,45	13,51	13,09	14,02	12,74	1,43	14,02	9,7
Maranhão	28,27	33,01	15,30	25,47	30,05	32,72	29,08	30,41	28,08	28,04	5,32	33,01	15,3
Piauí	1,41	2,4	2,44	2,52	2,08	2,77	2,52	3,1	4,45	2,63	0,83	4,45	1,41
Ceará	9,59	8,6	6,81	7,58	7,1	8,41	9,43	8,31	9,27	8,34	1,01	9,59	6,81
R. G. do Norte	3,87	3,54	2,62	2,94	2,16	2,04	2,17	2,5	3,38	2,8	0,67	3,87	2,04
Paraíba	4,54	4,31	3,89	4,72	5,54	3,98	3,93	3,71	4,21	4,31	0,56	5,54	3,71
Pernambuco	7,93	8,85	6,85	7,89	10,35	12,09	13,68	12,59	12,86	10,34	2,54	13,68	6,85
Alagoas	8,9	8,98	7,78	7,9	9,75	7,95	7,04	7,07	8,78	8,24	0,92	9,75	7,04
Sergipe	3,04	2,62	1,97	1,72	2,51	2,53	2,31	1,93	2,64	2,36	0,42	3,04	1,72
Bahia	22,52	22,26	16,49	17,73	18,8	20,47	20,25	19,61	21,86	20	2,07	22,52	16,49
Sudeste	19,96	21,75	16,44	17,47	18,42	18,42	18,69	17,85	19,33	18,7	1,53	21,75	16,44
Minas Gerais	19,87	22,89	18,39	20,52	22,77	20,13	20,44	18,4	19,78	20,35	1,6	22,89	18,39
Espírito Santo	42,67	47,53	34,35	40,11	40,89	34,97	34,11	35,87	41,31	39,09	4,58	47,53	34,11
Rio de Janeiro	14,1	16,07	12,5	14,27	15,73	16,81	14,87	15,52	16,99	15,21	1,43	16,99	12,5
São Paulo	20,53	21,73	16,22	16,26	16,52	17,29	18,53	17,29	18,65	18,11	1,95	21,73	16,22
Sul	25,79	28,74	21,88	21,58	22,83	23,99	25,57	22,87	24,75	24,22	2,27	28,74	21,58
Paraná	24,72	28,98	20,8	21,89	23,5	25,53	24,61	22,68	24,14	24,1	2,36	28,98	20,8
Santa Catarina	22,87	24,29	20,91	22,31	22,96	23,99	23,85	24,29	26,41	23,54	1,54	26,41	20,91
R. G. do Sul	28,63	31,35	23,53	20,84	22,09	22,46	27,63	22,08	24,25	24,76	3,6	31,35	20,84
Centro-Oeste	12,7	15,09	13,75	12,74	14,13	17,14	18,79	17,24	19,27	15,65	2,53	19,27	12,7
Mato Grosso	29,63	33,21	34,8	29,35	30,57	38,3	42,58	38,01	45,42	35,76	5,75	45,42	29,35
Goiás	13,03	15,52	13,63	13,52	15,62	17,67	17,08	16,21	17,95	15,58	1,84	17,95	13,03
Distrito Federal	2,51	2,08	1,93	2,11	1,56	1,67	2,00	1,91	2,19	2,00	0,28	2,51	1,56
Mato Grosso do Sul	22,19	29,14	23,17	23,5	25,47	29,67	34,55	31,11	32,49	27,92	4,48	34,55	22,19
Brasil	19,81	21,72	16,54	17,3	18,41	19,01	19,7	18,5	20,06	19,01	1,55	21,72	16,54

Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Superado os primeiros efeitos dessa crise, as transações comerciais voltaram a apresentar uma recuperação lenta e gradual do fluxo de comércio, não sendo mais observado o padrão pré-crise até 2015 (20,06%), ano que registrou o segundo maior valor da série.

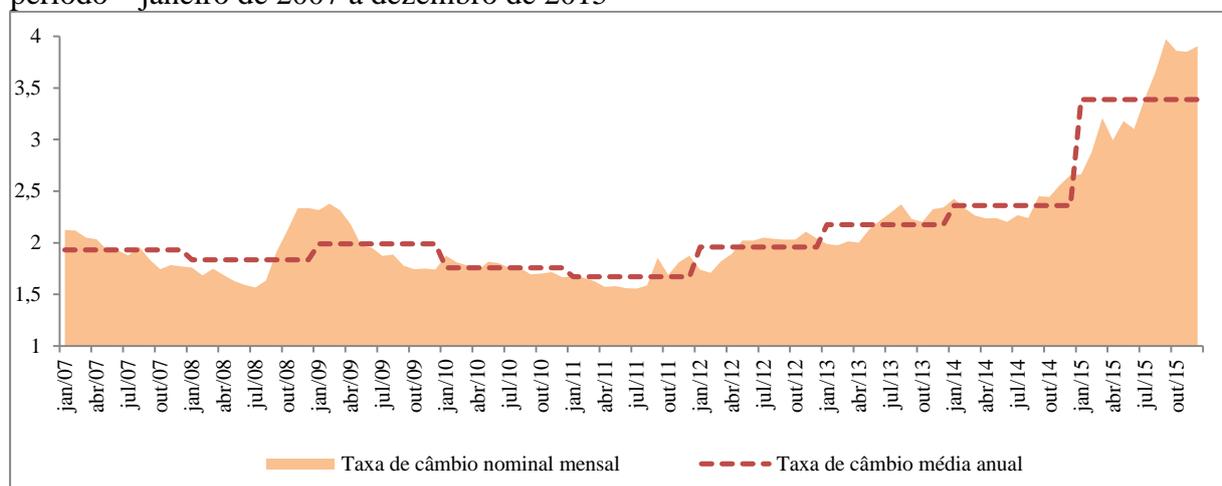
O grau de abertura da economia brasileira registrou uma média de 19,01% entre os anos de 2007 e 2015, apresentando certa dispersão em torno desta média, apesar do pequeno resultado encontrado para o desvio-padrão amostral de apenas 1,55%, quando os valores de grau de abertura observados para os anos 2008, 2009 e 2010 apresentaram uma distância da média entre um e dois desvios padrões, corroborando com os efeitos negativos causados pela crise (Tabela 1).

O grau de abertura da economia brasileira oscilou entre um mínimo de 16,54% (2009) e um máximo de 21,72% (2008). Isso significou uma variação negativa de 5,18 p.p. na comparação desses dois anos. Nota-se que entre os anos de 2009 e 2015, a abertura comercial brasileira aumentou em 3,52 p.p. Seis anos não foram suficientes para recuperar as perdas observadas do ano de 2008 para 2009. (Tabela 1).

Von Doellinger *et al.* (1974) destaca que uma região que utiliza intensamente as importações para realizar suas exportações apresentará normalmente grau de abertura comercial bastante elevado, provavelmente, num caso extremo, superior a um. Essa característica não foi observada para o caso do Brasil, que apresentou grau de abertura econômica em torno de 0,2, ou seja, 20% do PIB em 2015, revelando que na média este país não utilizou importações para realizar suas exportações. Sendo assim, é possível assegurar que as exportações nacionais está intimamente ligada a sua estrutura produtiva interna.

O Gráfico 1 abaixo apresenta o comportamento da taxa de câmbio nominal mensal e média anual entre os anos de 2007 a 2015. Nota-se que até 2011 houve um comportamento oscilante com tendência de queda da taxa de câmbio, quando ocorreu a valorização do real, o que pode ter amenizado o crescimento das exportações nacionais nos anos de 2010 e 2011.

Gráfico 1: Taxa de câmbio comercial para venda: real (R\$)/dólar americano (US\$) - fim período – janeiro de 2007 a dezembro de 2015



Fonte: IPEADATA. Elaboração: IPECE.

A partir de 2012, nota-se uma nítida tendência de aumento da taxa de câmbio, tornando nossas exportações mais competitivas no período em função da desvalorização da moeda doméstica.

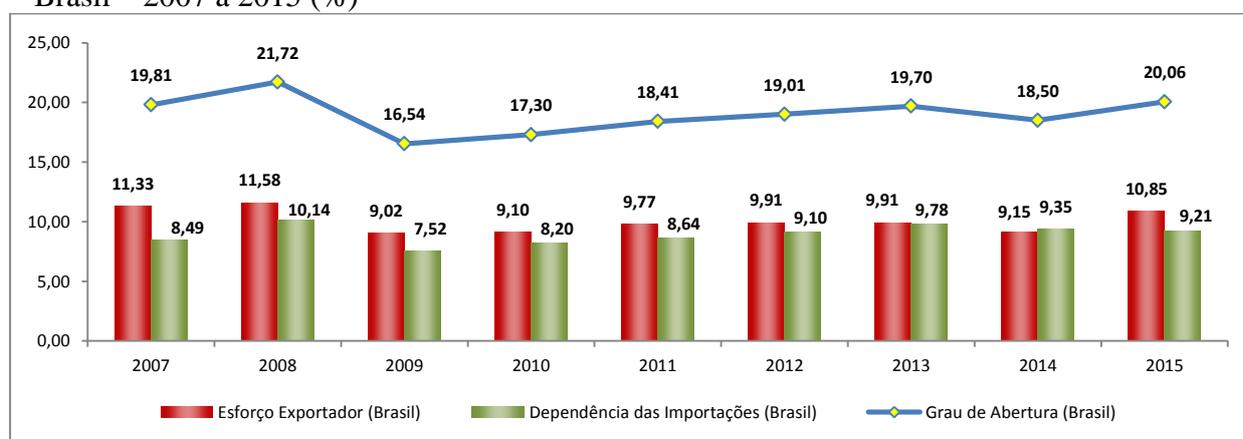
Pela análise do Gráfico 2, abaixo, é possível observar o padrão de transações comerciais internacional brasileiro, predominantemente exportador. Em 2007, a participação das

exportações nacionais no PIB do país (11,33%), superou a participação das importações (8,49%), resultando num diferencial de 2,84 p.p. Nota-se que entre os anos de 2007 e 2013, tal diferencial de participação foi decrescente em função do aumento mais acelerado das importações, tornando o padrão de comércio exterior nacional mais equilibrado.

Em 2014, devido às exportações terem crescido apenas 0,1% comparado a 2013, e as importações terem crescido 3,6%, a participação das importações na corrente de comércio nacional passou a superar as exportações. Enquanto isso, o PIB registrou um crescimento nominal de 8,4% na mesma comparação, resultando em redução do grau de abertura comercial brasileira pela segunda vez na série, alcançando a participação de 18,50% do PIB do país.

Todavia, em 2015, as exportações brasileiras registraram um crescimento de 22,8% e as importações um crescimento de apenas 2,0%, retornando ao padrão comercial predominantemente exportador observado até 2013, com nítida elevação do grau de abertura brasileiro.

Gráfico 2: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

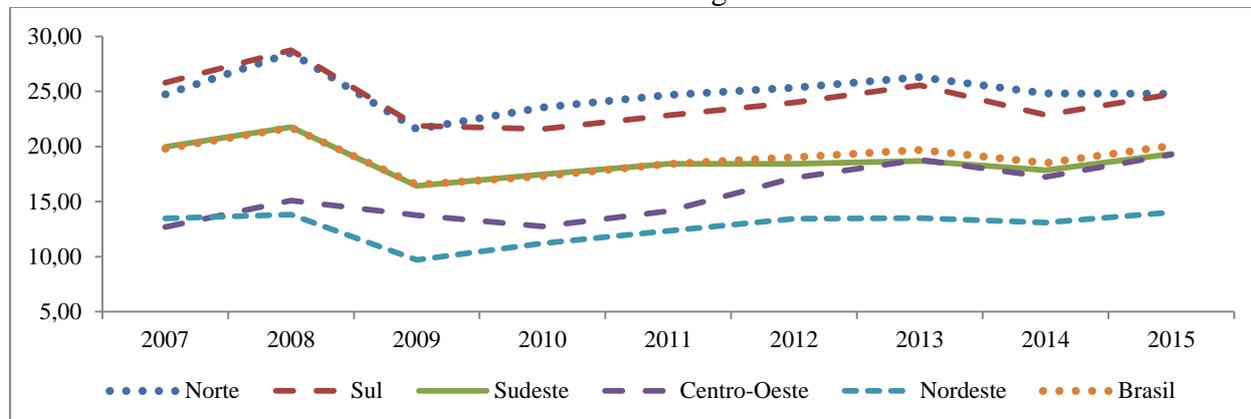
4.2. GRAU DE ABERTURA ECONÔMICA POR REGIÕES E ESTADOS

Após uma análise geral do grau de abertura econômica da economia brasileira, parte-se para uma abordagem mais regionalizada. O Gráfico 3 abaixo contém dados da dinâmica do grau de abertura para as cinco grandes regiões do país, permitindo comparações com o grau de abertura comercial nacional.

Pela análise do GA por regiões brasileiras é possível capturar algumas informações bem relevantes. De início, é possível notar que todas as regiões sentiram os efeitos da crise internacional em menor ou maior intensidade e que a região Centro-Oeste parece ter tido os

efeitos da crise mais tardiamente comparada às demais regiões do país que apresentaram trajetória similar a nacional.

Gráfico 3: Grau de Abertura Econômica – Brasil e Regiões – 2007 a 2015



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

4.2.1 Região Norte

Em 2007, a região Norte participou com 6,11% das exportações nacionais⁸, menor participação regional, aumentando essa participação para 6,86% em 2015, mantendo-se ainda na última posição dentre as regiões brasileiras. Já as importações perderam leve participação, passando de 6,37%, em 2007, para 6,28%, em 2015, mantendo-se na quarta posição no ranking nacional. A corrente de comércio também apresentou aumento de participação, passando de 6,22%, em 2007, para 6,59% em 2015, mantendo-se ainda na última posição, cujo incremento de participação foi de 0,37 p.p. Por fim, o Produto Interno Bruto dessa região também registrou incremento de participação no PIB nacional, passando de 4,99%, em 2007, para 5,33%, em 2015, novamente mantendo a última posição nacional, cujo incremento de participação foi de 0,35 p.p. Diante do exposto pode-se concluir que a participação da corrente de comércio da região Norte tem uma importância no cenário nacional superior à participação de sua atividade produtiva doméstica, tendo efeitos diretos na medida do grau de abertura econômica da referida região.

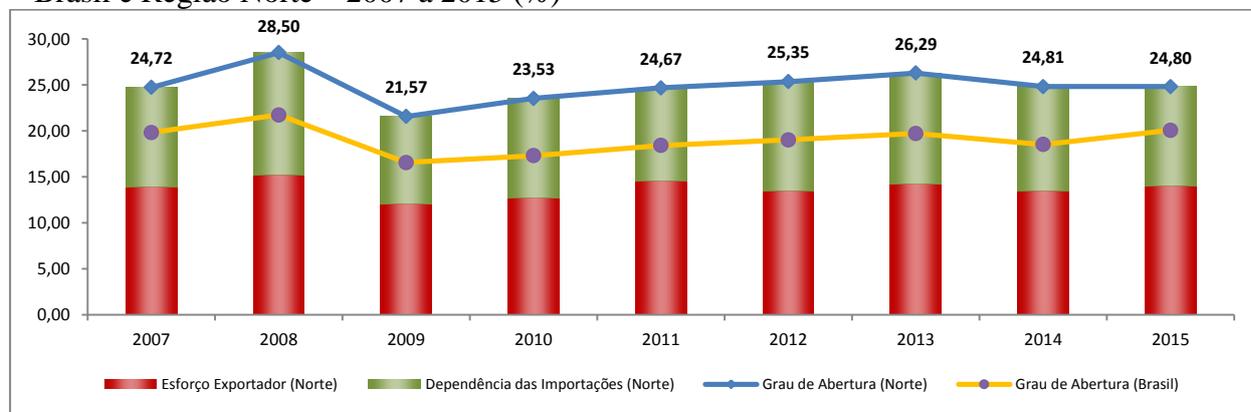
A região Norte passou a registrar o maior grau de abertura dentre as regiões brasileiras a partir do ano de 2010, posição antes ocupada pela região Sul, revelando uma maior dependência de sua atividade econômica ao comércio exterior, finalizando a série com 24,80% de abertura comercial, bem acima da média nacional que foi de 20,06% em 2015. Isso significa que a corrente de comércio, dada pela soma das exportações e importação, representa quase um quarto do produto interno bruto da referida região (Gráficos 2 e 3).

⁸ Todas essas participações foram calculadas com os valores anuais já convertidos em reais.

A média do grau de abertura da citada região foi de 24,92%, com uma baixa dispersão absoluta em torno desta média captada pelo desvio padrão amostral de 1,87%, terceira menor dispersão regional. Nota-se que o grau de abertura da região Norte oscilou entre o percentual mínimo de 21,57% (2009) e máximo de 28,50% (2008), ou seja, uma diferença de 6,93 p.p., revelando os impactos da crise comentados anteriormente.

Pela análise do Gráfico 4, a seguir, é possível observar o padrão comercial da região Norte que apresenta equilíbrio com leve viés exportador em todos os anos. O esforço exportador dessa região, dado pela participação das exportações no PIB, preenchido em vermelho nas colunas abaixo, oscilou entre 12,04% (2009) e 15,23% (2008). Enquanto isso, o coeficiente de dependência das importações ou nível de penetração das importações, que é dado pela participação das importações no PIB, preenchido em verde nas colunas, oscilou entre 9,53% (2009) e 13,26% (2008). A série finalizou com esforço exportador de 13,96% e dependência das importações de 10,84%, que somando dá o grau de abertura da região Norte que foi de 24,80%, em 2015. Por fim, nota-se que o grau de abertura da região Norte foi crescente entre 2007 e 2015, mas decrescente nos últimos três anos.

Gráfico 4: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Região Norte – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em 2015, as exportações da Região Norte totalizaram o valor de US\$ 13,20 bilhões sendo compostas por produtos básicos (69,03%) e industrializados (30,63%). No grupo dos industrializados, 63,5% eram de produtos manufaturados e 36,5% de produtos semimanufaturados. No tocante ao uso dos produtos exportados pela região, 84,77% eram de Bens intermediários (Insumos Industriais - 73,89%; Alimentos e bebidas destinados à indústria - 10,78%; e Peças e acessórios de equipamentos de transporte - 0,10%); 14,23% eram de Bens de consumo (Não durável - 13,04% e Durável - 1,19%) e apenas 0,65% eram

de Bens de capital (Máquinas e equipamentos – 0,61% e Equipamentos de transporte de uso industrial – 0,04%).

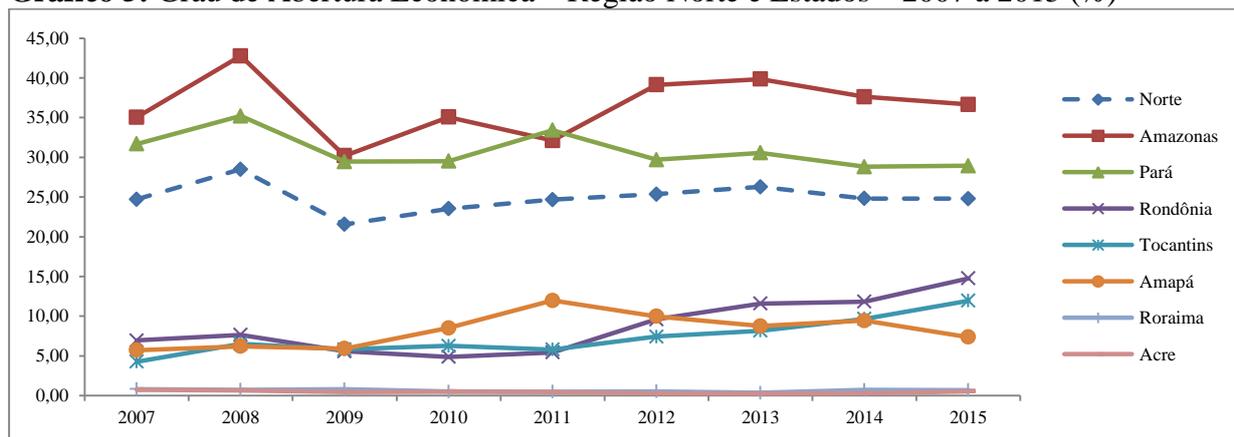
Os principais produtos exportados pela região Norte, em 2015, foram: Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados (US\$ 3,97 bilhões; 30,08%); outros minérios de cobre e seus concentrados (US\$ 1,64 bilhão; 12,43%); Alumina calcinada (US\$ 1,41 bilhão; 10,71%); soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (US\$ 1,23 bilhões; 9,36%) e Carnes desossadas de bovino, congeladas (US\$ 804,8 milhões; 6,09%). A participação conjunta desses cinco principais produtos foi de 68,87% da pauta de importações da referida região.

Enquanto que as importações totalizaram o valor de US\$ 10,63 bilhões sendo compostas por produtos básicos (3,1%) e industrializados (96,9%). No grupo dos industrializados, 96,8% eram de produtos manufaturados e 3,2% de produtos semimanufaturados. No tocante ao uso dos produtos importados pela região, 33,32% eram de Bens intermediários (Insumos Industriais – 25,01%; Alimentos e bebidas destinados a indústria – 0,94%; e Peças e acessórios de equipamentos de transporte – 7,37%); 5,44% eram de Bens de consumo (Não durável – 4,39% e Durável – 1,05%) e 58,80% eram de Bens de capital (Máquinas e equipamentos – 57,74% e Equipamentos de transporte de uso industrial – 1,05%).

Os principais produtos importados pela região Norte, em 2015, foram: Outs. partes p/aparelhos recept. radiodif. televisao, etc. (US\$ 1,80 bilhão; 16,95%); Outs. parts. p/apars. d/telefonía/telegrafia (US\$ 524,6 milhões; 4,93%); Partes e acessórios de motocicletas (inclu.ciclomotores) (US\$ 318,3 milhões; 2,99%); Microprocessadores mont. p/ superf. (SMD) (US\$ 312,3 milhões; 2,94%) e Outras unidades de ar condicionado (US\$ 279,9 milhões; 2,63%). A participação conjunta desses cinco principais produtos foi de 30,45% da pauta de importações da referida região.

Pela análise do Gráfico 5, é possível observar que o estado mais representativo da região Norte é o Amazonas que apresentou um grau de abertura econômica de 36,66% do PIB do referido estado em 2015, seguido por Pará (28,93%); Rondônia (14,77%); Tocantins (11,95%); Amapá (7,37%); Roraima (0,69%) e Acre (0,54%). Vale destacar que o estado do Amazonas apresentou um grau de abertura médio de 36,50% entre os anos de 2007 e 2015, bem acima da região Norte (24,92%) e bem acima da média nacional (19,01%), revelando que este estado manteve, nos últimos dez anos, intensas relações comerciais com o resto do mundo, quando o fluxo de comércio desse estado representou mais que um terço do valor de sua produção interna.

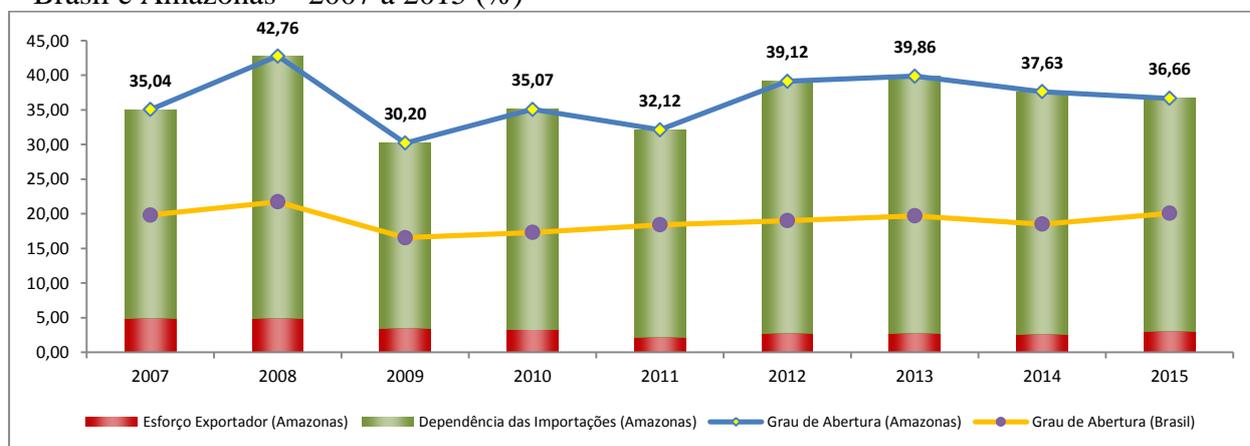
Gráfico 5: Grau de Abertura Econômica – Região Norte e Estados – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Pela análise do Gráfico 6, é possível notar que o grau de abertura econômica do estado do Amazonas, apresentado em linha azul, está bem acima do nacional, em linha laranja, para todos os anos e que o padrão comercial do citado estado é predominantemente importador, dado que o preenchimento da coluna na cor verde é predominante. Para se ter uma ideia disto, o grau de dependência das importações do referido estado alcançou a marca de 33,61% em função da Zona Franca de Manaus⁹, ou seja, as importações representaram 33,61% do PIB do estado, contra um esforço exportador de apenas 3,05% do PIB em 2015.

Gráfico 6: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Amazonas – 2007 a 2015 (%)



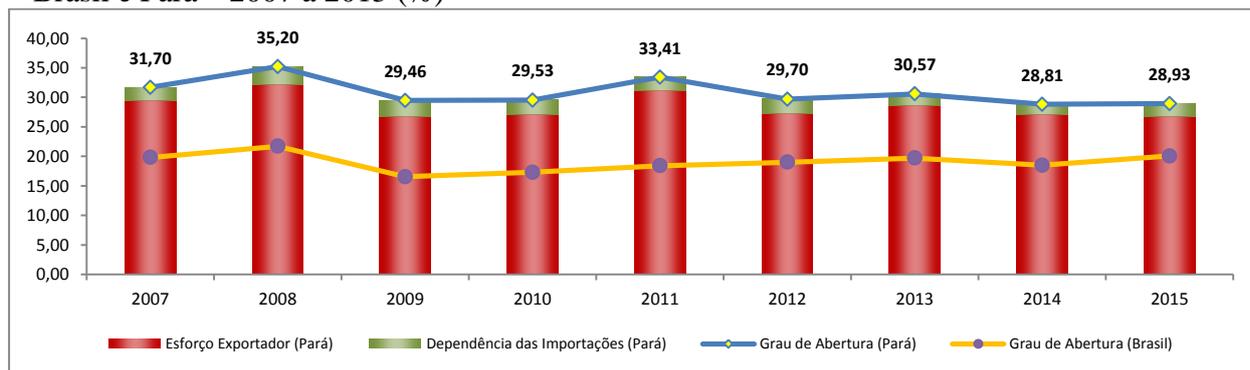
Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Como visto anteriormente, o estado do Pará apresentou o segundo maior grau de abertura econômica da região Norte no ano de 2015. Pela análise do Gráfico 7, é percebido que o grau

⁹Instituída pelo Decreto-Lei 288/1967, a Zona Franca de Manaus é uma zona industrial brasileira localizada em Manaus, capital do estado do Amazonas, criada para impulsionar o desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental. Administrado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), o polo industrial abriga na atualidade cerca de 700 indústrias, concentradas nos setores de televisão, informática e motocicletas. Nos últimos anos, o polo industrial recebeu um novo impulso com os incentivos fiscais para a implantação da tecnologia de televisão digital no Brasil.

de abertura do referido estado também está bem acima da região e do nacional em todos os anos, mas com trajetória de queda a partir de 2011. O padrão comercial do citado estado é predominantemente exportador. O coeficiente de esforço exportador foi de 26,66% contra um grau de dependência das importações que apresentou uma pequena participação de apenas 2,27% do PIB no último ano. Isso revela a grande importância das vendas externas para o referido estado.

Gráfico 7: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Pará – 2007 a 2015 (%)

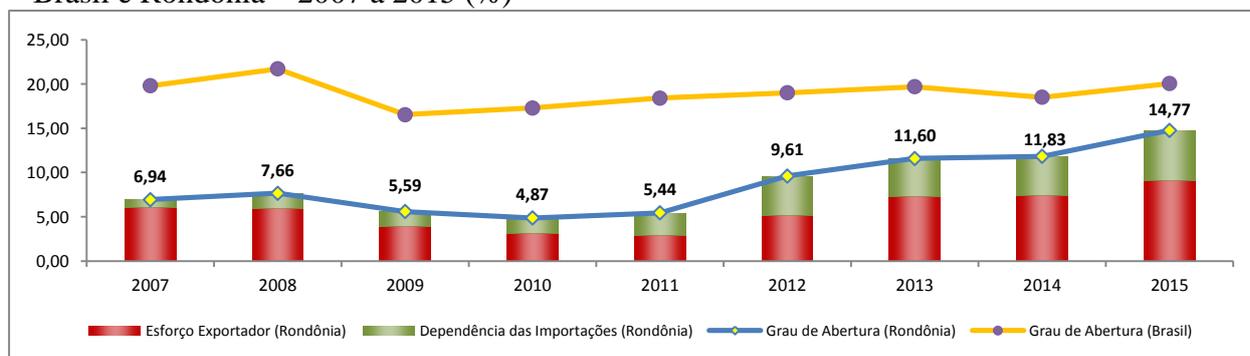


Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 8 abaixo apresenta o grau de abertura do estado de Rondônia que foi crescente nos últimos anos, passando de 6,94%, em 2007, para 14,77% do PIB em 2015, mais que o dobro, resultado do forte crescimento das exportações e também das importações no período.

Apesar do avanço na abertura econômica do estado, esta se manteve sempre abaixo do registrado pelo país e também pela região Norte, com clara trajetória de convergência até 2015. O padrão comercial do referido estado é mais exportador com participação de 9,08% do PIB, contra um grau de dependência das importações de 5,69% do PIB em 2015, ou seja, um diferencial de 3,38 p.p., inferior ao registrado em 2007 (5,13 p.p.), resultado do incremento das importações no período (Gráfico 5).

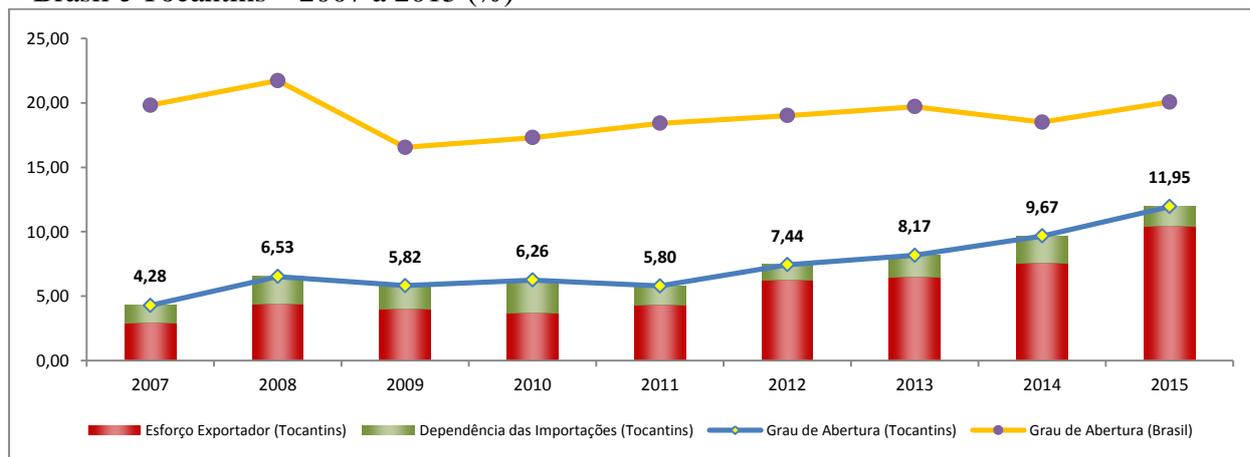
Gráfico 8: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Rondônia – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 9, por sua vez, mostra que o grau de abertura do estado de Tocantins quase triplicou no período de nove anos, passando de 4,28% do PIB, em 2007, para 11,95%, em 2015, mas manteve-se abaixo do grau de abertura regional e brasileira em todos os anos. O padrão comercial desse estado também é predominantemente exportador, com coeficiente de esforço exportador de 10,40% do PIB do referido estado contra uma dependência das importações de somente 1,55% do PIB, ambos em 2015.

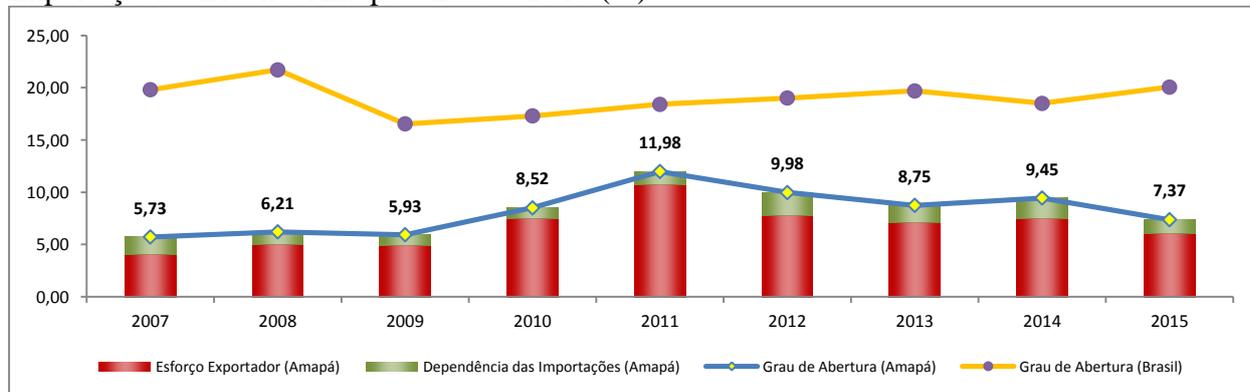
Gráfico 9: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Tocantins – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

O grau de abertura do Amapá também foi crescente até 2011 e passou a registrar queda significativa até 2015, resultado da queda de 13,8% nas exportações em 2012 comparada a 2011, e também da queda das exportações (-16,4%) e importações (-33,9%) em 2015 comparada a 2014. O grau de abertura comercial do referido estado também foi inferior ao da região Norte e ao do país em todos os anos. O padrão comercial observado foi predominantemente exportador, com coeficiente de esforço exportador de 6,10% do PIB contra uma dependência das importações de apenas 1,27% do PIB.

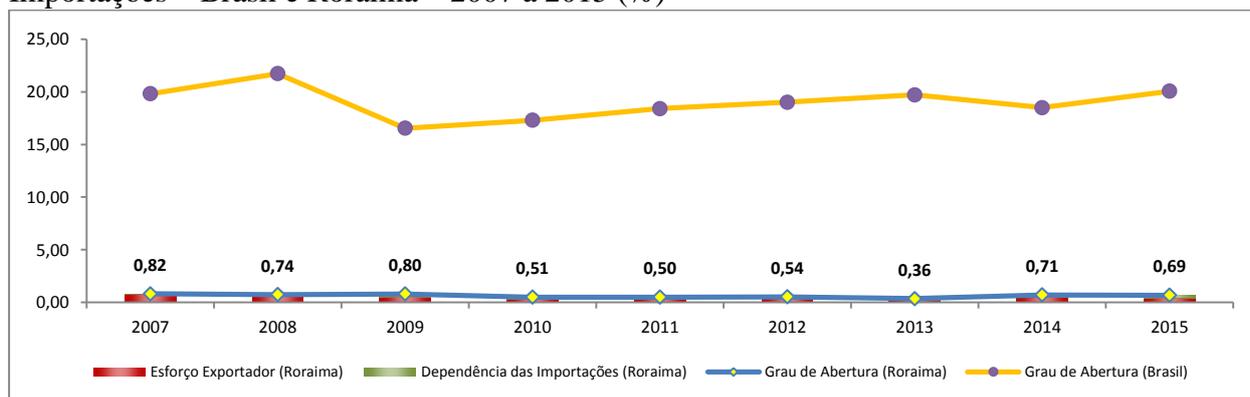
Gráfico 10: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Amapá – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

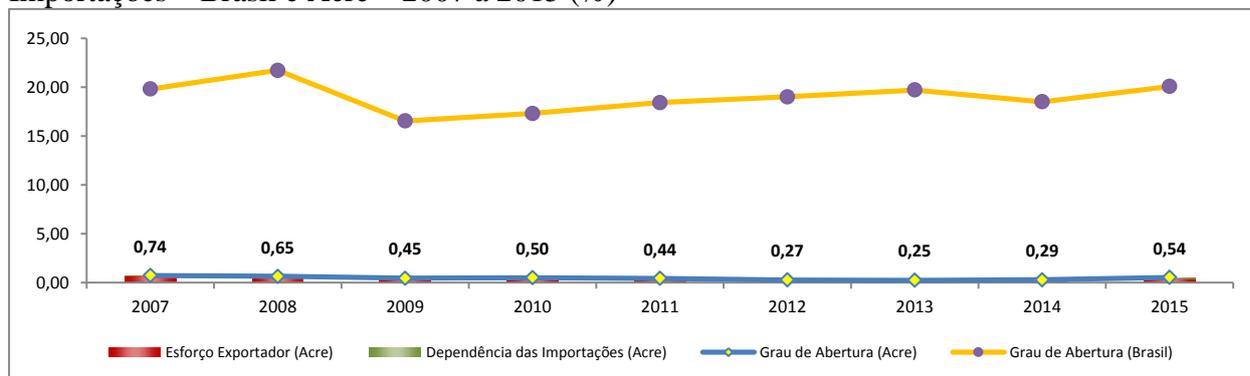
Os Gráficos 11 e 12 a seguir, apresentam informações sobre os estados de Roraima e Acre. Ambos os estados apresentaram grau de abertura de suas economias pouco significativo, revelando a pequena importância do comércio exterior em suas economias. No primeiro estado a participação da corrente de comércio oscilou entre 0,36% e 0,82% do PIB, enquanto no segundo oscilou entre 0,25% e 0,74% do PIB.

Gráfico 11: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Roraima – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 12: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Acre – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em suma, o padrão exportador da região Norte é observado em seis dos sete estados presentes na referida região. Ademais, apenas os estados do Amazonas e Pará apresentaram um grau de abertura econômica superior ao da região Norte e ao do país, sendo que o primeiro possui estrutura comercial predominantemente importadora e o segundo predominantemente exportadora.

4.2.2 Região Sul

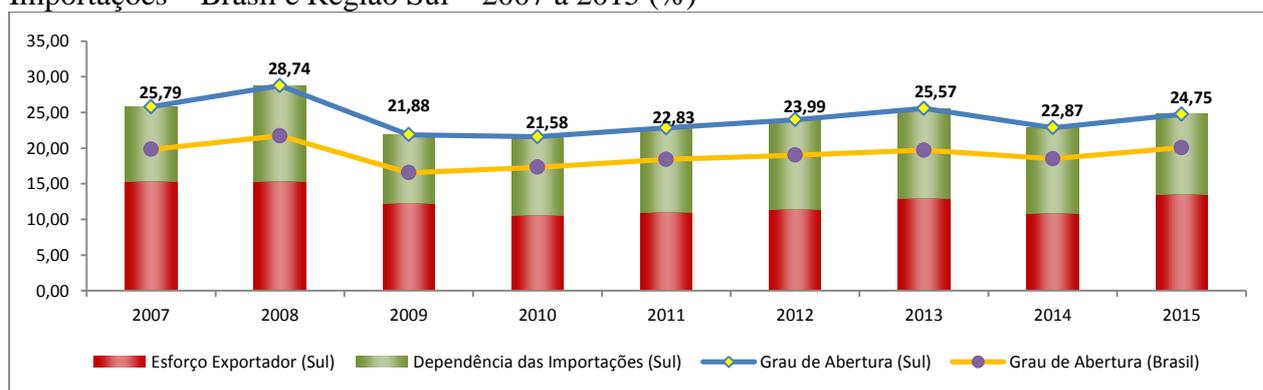
A região Sul apresentou a segunda maior participação nas exportações nacional em 2015, em torno de 21,01%, levemente inferior à registrada em 2007 (21,60%). Já as importações apresentaram um leve ganho de participação, passando de 19,99%, em 2007, para 20,51%, em

2015. Isso fez com que a corrente de comércio se reduzisse de 20,91%, em 2007, para 20,78% em 2015. Enquanto isso, sua participação no PIB nacional saltou de 16,06%, em 2007, para 16,85%, em 2015, afetando negativamente o grau de abertura da referida região.

Em 2015, a região Sul apresentou o segundo maior grau de abertura comercial do país em torno de 24,75%, bem próximo do registrado pela região Norte (24,80%). Vale destacar que em 2014, havia uma diferença mais significativa entre estas duas regiões, redução essa provocada pela forte expansão da corrente de comércio da região Sul no último ano. O grau de abertura da referida região registrou uma média de 24,22% no período de 2007 a 2015, bastante influenciado pelo ano de 2008, tendo registrado uma dispersão absoluta em torno da média de 2,27%, a segunda maior variação dentre as cinco regiões brasileiras, oscilando entre o percentual mínimo de 21,58% (2010) e máximo de 28,74% (2008).

Pela análise do Gráfico 13 abaixo, é possível observar que a região Sul, semelhante à região Norte, também manteve grau de abertura econômica sempre acima do nacional em todos os anos, passando a apresentar um padrão comercial mais equilibrado no final da série, com leve viés exportador, cujo coeficiente de esforço exportador registrou uma participação de 13,53% no PIB da referida região contra uma dependência das importações de 11,21% do PIB, ambos em 2015. Por fim, nota-se que o grau de abertura da região Sul foi decrescente entre 2007 e 2015, mas crescente nos últimos dois anos.

Gráfico 13: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Região Sul – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em 2015, as exportações da Região Sul totalizaram o valor de US\$ 40,07 bilhões sendo compostas por produtos básicos (50,76%) e industrializados (48,30%). No grupo dos industrializados, 83,25% eram de produtos manufaturados e 16,75% de produtos semimanufaturados. No tocante ao uso dos produtos exportados pela região, 61,86% eram de Bens intermediários (Insumos Industriais – 32,62%; Alimentos e bebidas destinados à

indústria – 24,49%; e Peças e acessórios de equipamentos de transporte – 4,74%); 26,48% eram de Bens de consumo (Não durável – 23,28% e Durável – 3,20%) e 10,25% eram de Bens de capital (Máquinas e equipamentos – 8,95% e Equipamentos de transporte de uso industrial – 1,29%).

Os principais produtos exportados pela região Sul, em 2015, foram: Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (US\$ 7,67 bilhões; 19,15%); Pedacos e miudezas, comest. de galos/galinhas, congelados (US\$ 2,94 bilhões; 7,35%); Bagaços e outs. residuos sólidos, da extr. do óleo de soja (US\$ 2,12 bilhões; 5,30%); Fumo n/manuf. total/parc. destal.flis.secas, (US\$ 1,75 bilhões; 4,36%) e Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedacos, congel. (US\$ 1,68 bilhão; 4,20%). A participação conjunta desses cinco principais produtos foi de 40,37% da pauta de importações da referida região.

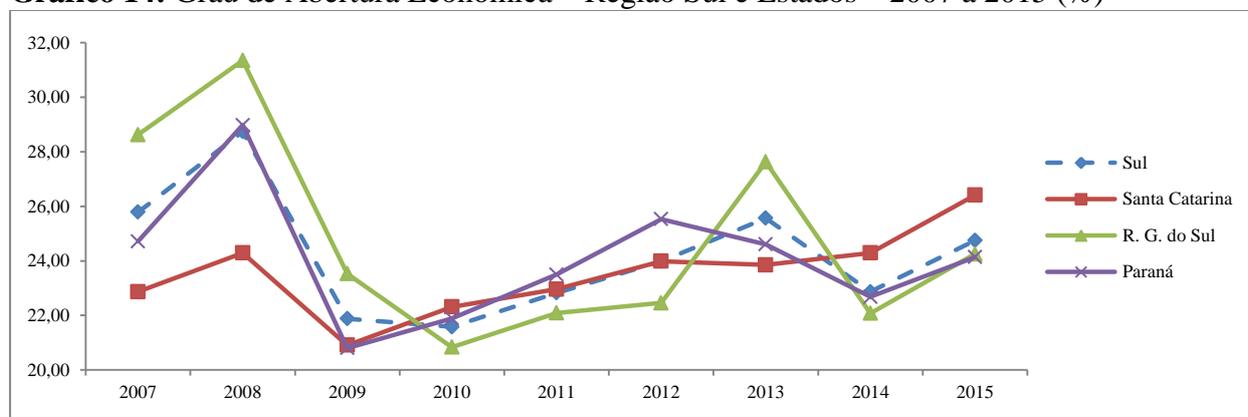
Enquanto isso, as importações totalizaram o valor de US\$ 35,08 bilhões sendo compostas por produtos básicos (11,65%) e industrializados (88,35%). No grupo dos industrializados, 93,06% eram de produtos manufaturados e 6,94% de produtos semimanufaturados. No tocante ao uso dos produtos importados pela região, 50,25% eram de Bens intermediários (Insumos Industriais – 40,55%; Alimentos e bebidas destinados à indústria – 2,08%; e Peças e acessórios de equipamentos de transporte – 7,59%); 16,21% eram de Bens de consumo (Não durável – 11,02% e Durável – 5,19%) e 23,0% eram de Bens de capital (Máquinas e equipamentos – 19,19% e Equipamentos de transporte de uso industrial – 3,81%).

Os principais produtos importados pela região Sul, em 2015, foram: Óleos brutos de petróleo (US\$ 2,29 bilhões; 6,55%); Outros veículos automóveis c/motor diesel, p/carga<=5T (US\$ 1,11 bilhão; 3,18%); Outros cloretos de potássio (US\$ 919,9 milhões; 2,62%); Naftas para petroquímica (US\$ 874,1 milhões; 2,49%) e Automóveis c/motor explosao,1500<CM3<=3000,ATE 6 PASSAG (US\$ 624,3 bilhão; 1,78%). A participação conjunta desses cinco principais produtos foi de 16,62% da pauta de importações da referida região.

Todos os estados da região Sul apresentaram elevado grau de abertura comercial, com Santa Catarina registrando o maior percentual em 2015 (26,41%), bem acima do grau de abertura da região Sul e nacional, seguido por Rio Grande do Sul (24,25%) e Paraná (24,14%), que ficaram também acima do nacional, mas abaixo do grau de abertura regional. Nota-se que Santa Catarina apresentou o menor nível de dispersão do grau de abertura no período

considerado em torno de 1,54%, seguido pelo Paraná (2,36%) e Rio Grande do Sul (3,60%), dentro da referida região (Gráfico 14).

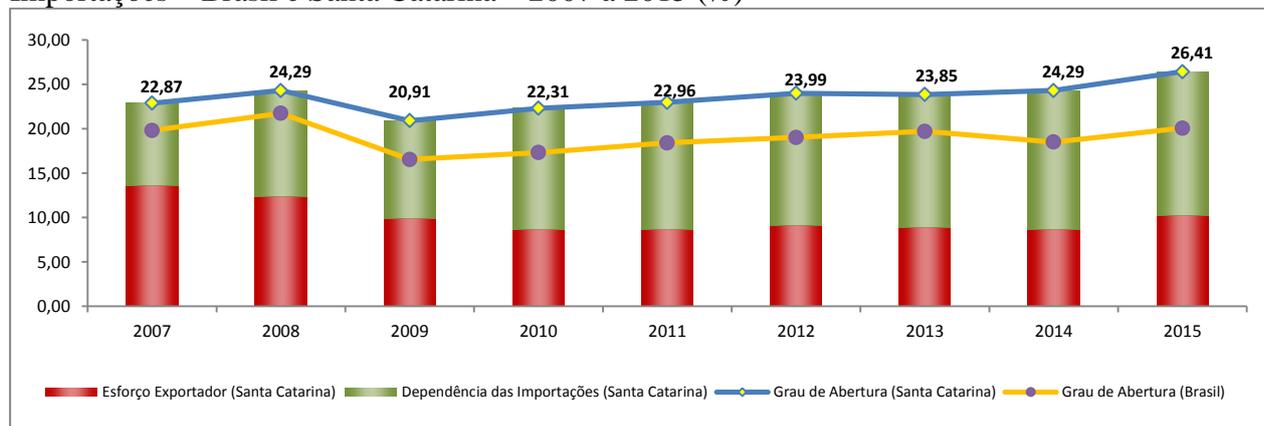
Gráfico 14: Grau de Abertura Econômica – Região Sul e Estados – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

O estado de Santa Catarina apresentou um aumento no grau de abertura econômica nos últimos anos, em função do forte crescimento de suas importações, mantendo-se sempre acima do grau de abertura nacional. Vale notar que nos anos de 2010, 2011, 2014 e 2015, o grau de abertura do referido estado superou também ao da região Sul, revertendo completamente o padrão dentro da referida região quando Rio Grande do Sul e Paraná apresentavam os maiores graus de abertura no início da série.

Gráfico 15: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Santa Catarina – 2007 a 2015 (%)

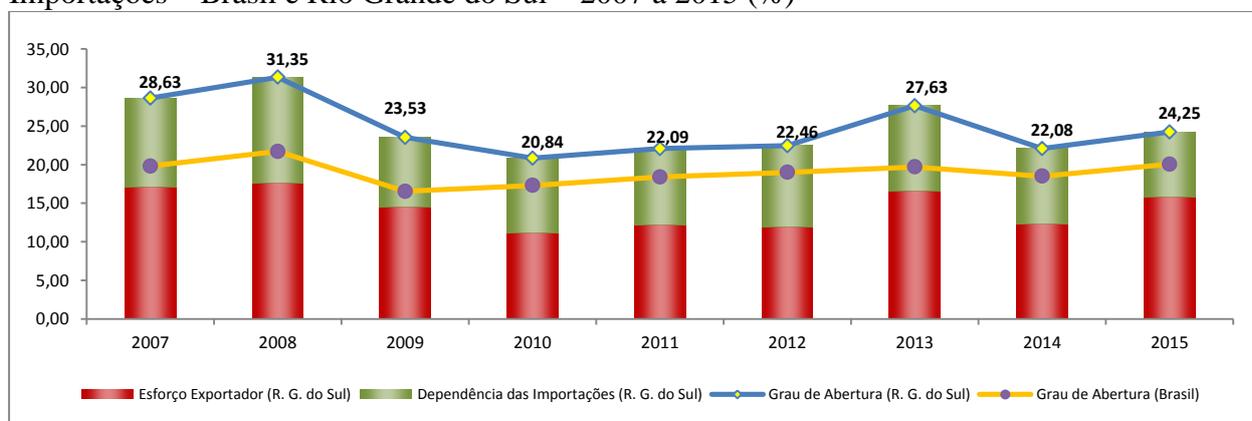


Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Esse estado apresenta um padrão comercial internacional principalmente importador, com nível de penetração das importações em torno de 16,14% do PIB, contra um esforço exportador de 10,27% do PIB, ambos em 2015. Nota-se que as exportações vêm perdendo peso na corrente de comércio do referido estado, apesar do crescimento observado entre os anos de 2007 e 2015 (Gráfico 15).

Por sua vez, o estado do Rio Grande do Sul apresentou um grau de abertura decrescente ao longo dos anos, na comparação entre 2007 (28,63%) e 2015 (24,25%), em função principalmente da aceleração da sua produção doméstica. Apesar disso, o grau de abertura econômica do referido estado manteve-se sempre acima do nacional em todos os anos, mas abaixo do regional nos últimos dois anos da série. Nota-se que o padrão comercial do Rio Grande do Sul, ao contrário de Santa Catarina, é predominantemente exportador, com participação das exportações no PIB de 15,78%, contra uma participação das importações de 8,47%, em 2015.

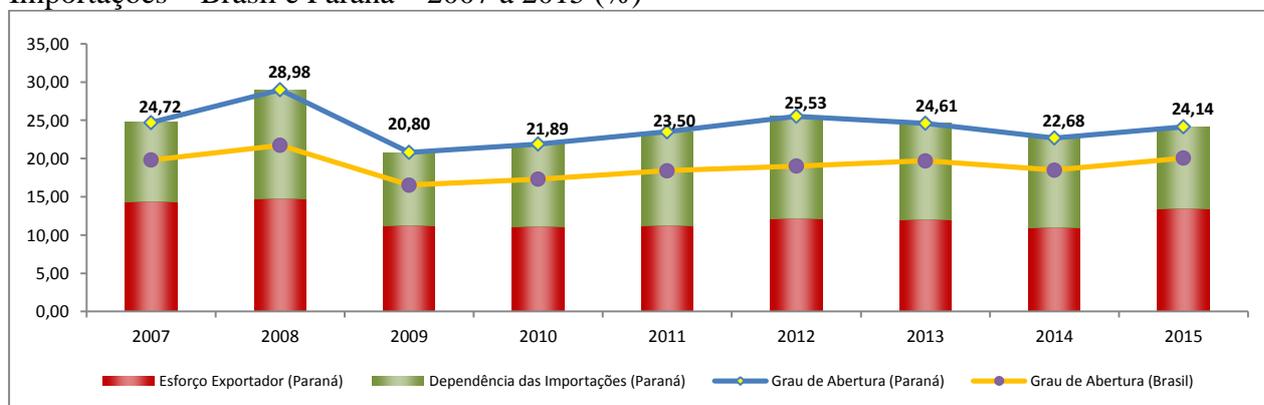
Gráfico 16: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Rio Grande do Sul – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Por fim, o estado do Paraná, também manteve seu grau de abertura sempre acima do nacional, mas abaixo do regional nos últimos três anos, em função da perda de importância das exportações na sua corrente de comércio. Com isso, o referido estado passou a apresentar estrutura comercial mais equilibrada ainda com viés exportador, cuja participação no PIB foi de 13,44% e dependência das importações de 10,70% do PIB, ambos em 2015 (Gráfico 17).

Gráfico 17: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Paraná – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em suma, todos os estados da região Sul apresentaram grau de abertura comercial acima do nacional em todos os anos, mas apenas Santa Catarina finalizou a série com participação acima da região Sul. Enquanto Santa Catarina mostrou estrutura comercial predominantemente importadora, Rio Grande do Sul foi essencialmente exportador e Paraná passou a ter um padrão comercial mais equilibrado até 2015.

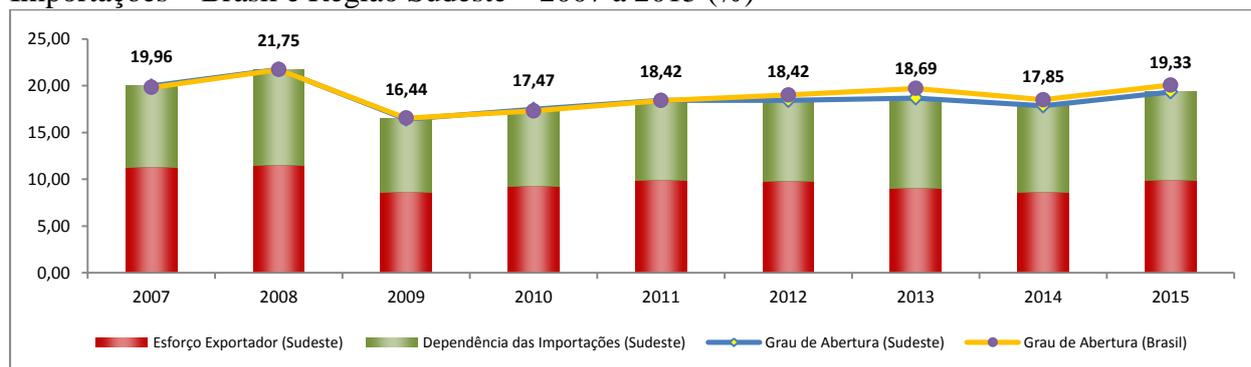
4.2.3 Região Sudeste

A região Sudeste apresentou nos últimos anos perda de participação nas exportações nacionais, passando de 56,85%, em 2007, para 49,31%, em 2015. Fato esse também observado no lado das importações que passaram de 59,02%, em 2007, para 55,32%, em 2015. Com isso, a participação na corrente de comércio nacional caiu de 57,78%, em 2007, para 52,07%, em 2015, ou seja, uma redução de 5,71 p.p. Da mesma forma, a referida região também perdeu participação no PIB nacional passando de 57,36%, em 2007, para 54,04%, em 2015, ou seja, uma redução de 3,32 p.p., afetando negativamente o grau de abertura econômica da referida região.

O Sudeste registrou o terceiro maior grau de abertura regional do país, em torno de 19,33% do PIB da região, tendo apresentado trajetória muito próxima da nacional até 2011, quando passou a exibir grau de abertura econômica levemente inferior ao do país, em função de uma forte queda observada na corrente de comércio em 2009, em torno de 20,0%. Todavia, com a volta do crescimento na corrente de comércio anual acima do PIB, o grau de abertura econômica da citada região voltou a crescer, mas permanecendo abaixo do nacional.

O Gráfico 18, a seguir, apresenta a dinâmica do grau de abertura da região Sudeste. Nota-se que até 2011 a referida região colocou-se acima do grau de abertura comercial nacional. A exceção dos anos de 2013 e 2014, quando a participação das importações superou as exportações, a referida região apresentou um padrão comercial bem equilibrado. Em 2015, o coeficiente de esforço exportador foi de 9,90% do PIB, e a dependência das importações de 9,43% das importações. Por fim, nota-se que o grau de abertura da região Sudeste, a semelhança da região Sul, também foi decrescente entre 2007 e 2015, mas crescente nos últimos dois anos.

Gráfico 18: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Região Sudeste – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em 2015, as exportações da Região Sudeste totalizaram o valor de US\$ 94,44 bilhões sendo compostas por produtos básicos (34,80%) e industrializados (62,69%). No grupo dos industrializados, 76,25% eram de produtos manufaturados e 23,75% de produtos semimanufaturados. No tocante ao uso dos produtos exportados pela região, 55,90% eram de Bens intermediários (Insumos Industriais – 38,71%; Alimentos e bebidas destinados à indústria – 11,72%; e Peças e acessórios de equipamentos de transporte – 5,19%); 13,20% eram de Bens de consumo (Não durável – 10,34% e Durável – 2,86%) e 15,09% eram de Bens de capital (Máquinas e equipamentos – 8,95% e Equipamentos de transporte de uso industrial – 6,14%).

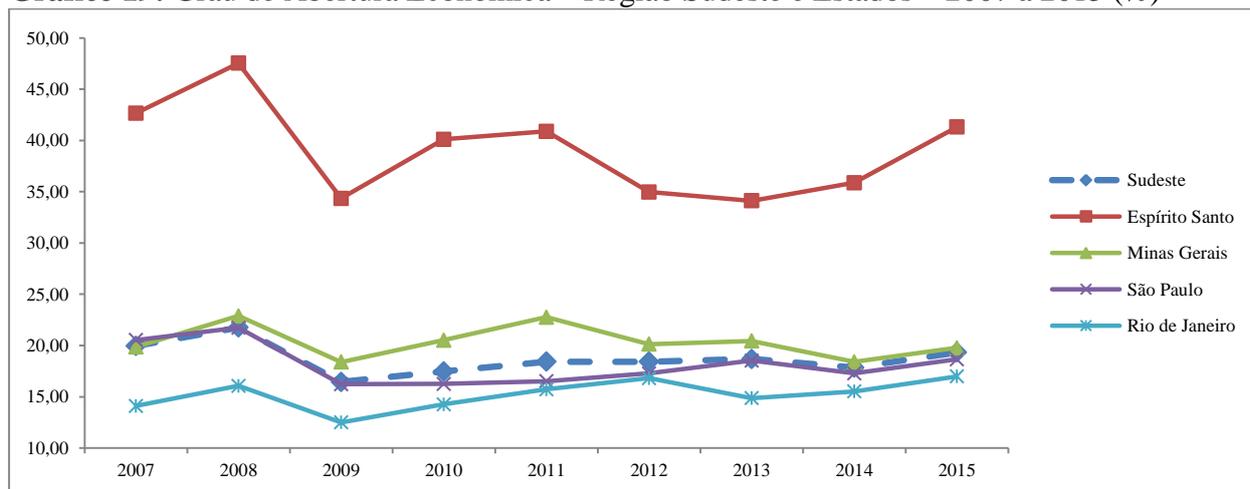
Os principais produtos exportados pela região Sudeste, em 2015, foram: Óleos brutos de petróleo (US\$ 11,7 bilhões; 12,47%); Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados (US\$ 6,26 bilhões; 6,63%); Café não torrado, não descafeinado, em grão (US\$ 4,81 bilhões; 5,10%); Outros açúcares de cana (US\$ 4,04 bilhões; 4,28%) e Minérios de ferro aglomerado p/ processo de peletização (US\$ 3,69 bilhões; 3,91%). A participação conjunta desses cinco principais produtos foi de 32,40% da pauta de importações da referida região.

Enquanto isso, as importações totalizaram o valor de US\$ 94,81 bilhões sendo compostas por produtos básicos (10,76%) e industrializados (89,24%). No grupo dos industrializados, 97,07% eram de produtos manufaturados e 2,93% de produtos semimanufaturados. No tocante ao uso dos produtos importados pela região, 43,30% eram de Bens intermediários (Insumos Industriais – 31,37%; Alimentos e bebidas destinados à indústria – 1,05%; e Peças e acessórios de equipamentos de transporte – 10,75%); 15,60% eram de Bens de consumo (Não durável – 11,24% e Durável – 4,36%) e 30,46% eram de Bens de capital (Máquinas e equipamentos – 28,50% e Equipamentos de transporte de uso industrial – 1,96%).

Os principais produtos importados pela região Sudeste, em 2015, foram: Óleos brutos de petróleo (US\$ 4,80 bilhões; 5,07%); Partes de turborreatores ou de turbopropulsores (US\$ 1,94 bilhão; 2,05%); Outs. parts. p/apars. d/telefonía/telegrafia (US\$ 1,71 bilhão; 1,81%); Automóveis c/motor explosão,1500<CM3<=3000, até 6 passageiros (US\$ 1,53 bilhão; 1,61%) e Hulha betuminosa, não aglomerada (US\$ 1,41 bilhão; 1,49%). A participação conjunta desses cinco principais produtos foi de 12,04% da pauta de importações da referida região.

O estado do Espírito Santo destaca-se com o maior grau de abertura dentro desta região, de aproximadamente 41,21% do PIB estadual. Isso significa que a corrente de comércio participa com 4 de cada 10 reais do PIB deste estado. Participação bem acima daquela registrada na região Sudeste e no país. Nota-se que os demais estados apresentaram graus de abertura abaixo da média nacional, Minas Gerais (19,78%); e também abaixo da média regional, São Paulo (18,65%) e Rio de Janeiro (16,99%), todos para o ano de 2015.

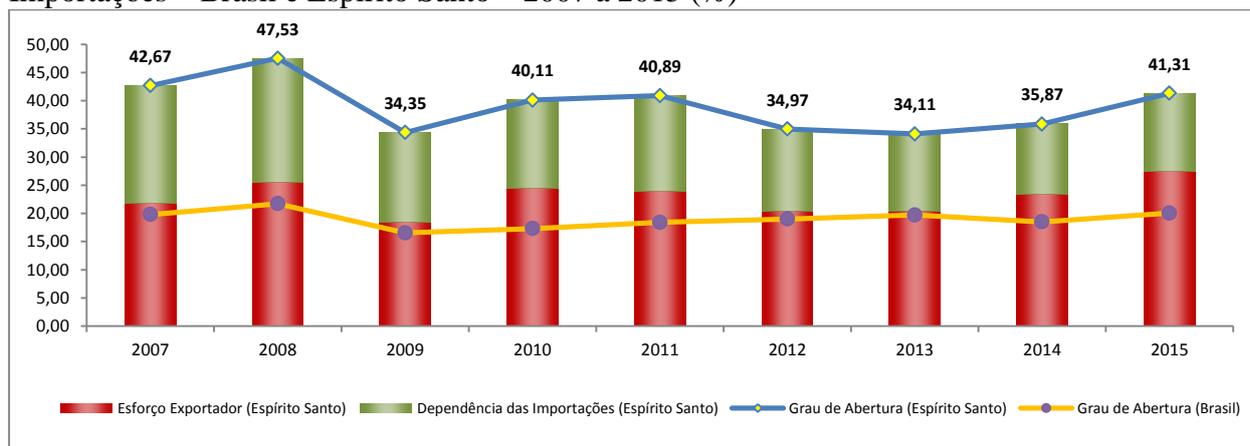
Gráfico 19: Grau de Abertura Econômica – Região Sudeste e Estados – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 20 revela um comportamento bastante oscilante do grau de abertura comercial do Espírito Santo, com tendência de alta até 2015. Participação mínima foi observada em 2013 e máxima em 2008. Vale notar que em todos os anos, o grau de abertura do referido estado ficou acima do nacional. Ademais, seu padrão comercial é predominantemente exportador, cuja participação das exportações no PIB foi de 27,50% e das importações foi de 13,80%, em 2015, resultado da perda de participação dessas últimas.

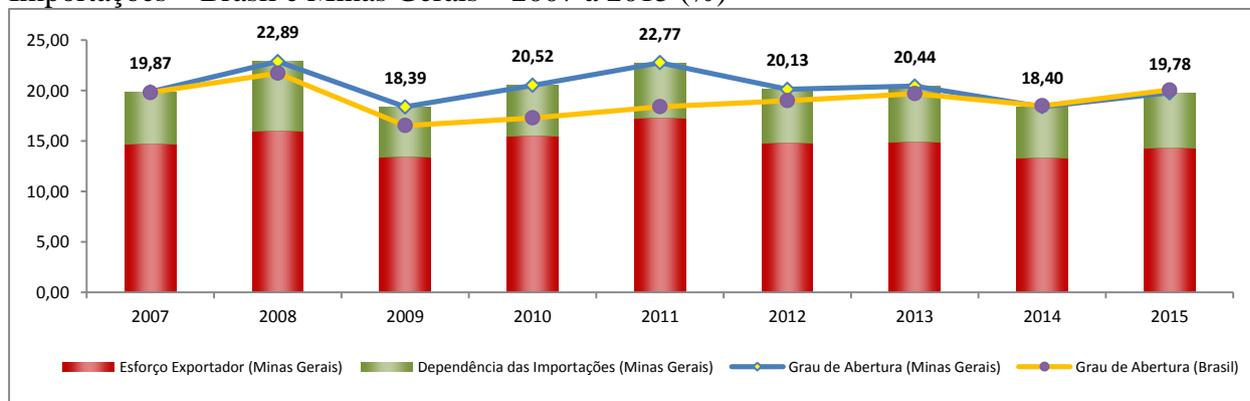
Gráfico 20: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Espírito Santo – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 21, a seguir, permite a mesma análise para o estado de Minas Gerais cujo grau de abertura ficou acima do nacional em quase toda a série, ficando abaixo apenas nos anos de 2014 e 2015. Nota-se que o padrão de comércio internacional do referido estado também é predominantemente exportador, com participação de 14,31% do PIB estadual e uma participação das importações de 5,47% do PIB, ambos em 2015.

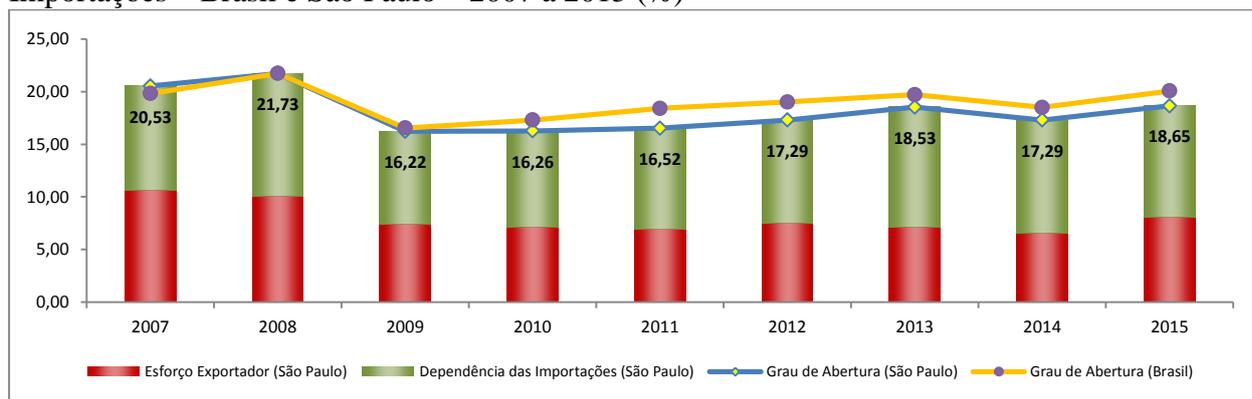
Gráfico 21: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Minas Gerais – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Devido ao elevado valor do Produto Interno Bruto do estado de São Paulo, seu grau de abertura econômica ficou abaixo do nacional a partir de 2009, oscilando entre 16,22% (2009) e 21,73% (2008). Nota-se que o padrão comercial do referido estado é equilibrado com viés importador cuja participação no PIB foi de 10,63% contra um esforço exportador de 8,02% (Gráfico 22).

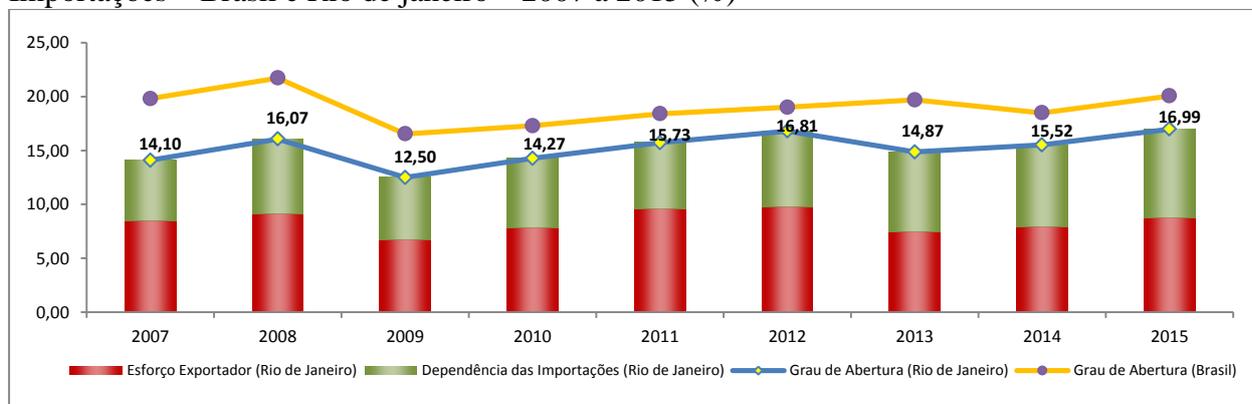
Gráfico 22: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e São Paulo – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Pela análise de Gráfico 23 a seguir, é possível observar que o estado do Rio de Janeiro também apresentou grau de abertura comercial inferior ao do país em todos os anos. É notória a recuperação da abertura comercial do referido estado após os efeitos da crise de 2008. O padrão internacional do comércio era predominantemente exportador, tornando-se mais equilibrado no final da série. Ou seja, as exportações participaram com 8,74% do PIB e as importações com 8,25% do PIB, ambos em 2015.

Gráfico 23: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Rio de Janeiro – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em suma, o Sudeste é a região que apresenta o padrão comercial mais equilibrado das três vistas até agora. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram também um padrão comercial bem equilibrado, com leve viés exportador. Enquanto isso, Santa Catarina e Minas Gerais foram estados predominantemente exportadores.

4.2.4 Região Centro-Oeste

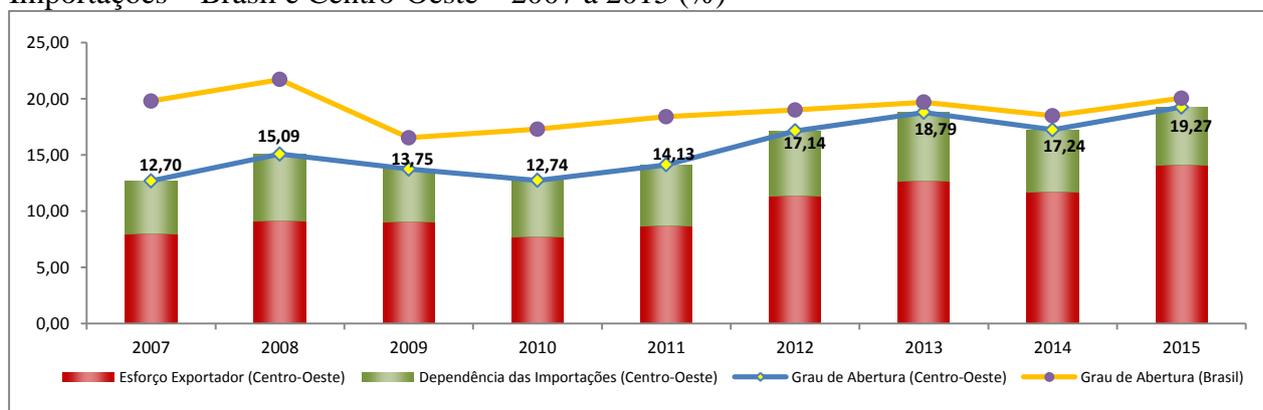
A região Centro-Oeste foi a que registrou o maior avanço em termos de participação nas exportações nacionais, passando de 6,02%, em 2007, para 12,54%, em 2015, ou seja, mais

que o dobro, passando da quarta para a terceira colocação nacional. No lado das importações também foi observado alta de participação levemente menor, passando de 4,78%, para 5,43% em 2015, mantendo-se ainda na última colocação no país. Com isso, a corrente de comércio também apresentou forte expansão, passando de 5,49%, em 2007, para 9,27%, em 2015. Enquanto isso, o produto interno bruto da referida região também registrou alta, passando de 8,56%, em 2007, para 9,65%, em 2015.

É válido destacar que a referida região apresentou a trajetória de maior ascensão do grau de abertura econômica dentre todas as regiões nos últimos dez anos, saindo de 12,74%, em 2010, para 19,27%, em 2015, situação bem diferente da observada em 2007, quando esta região apresentava um grau de abertura econômica inferior a da região Nordeste. Em vista disso, o Centro-Oeste apresentou um grau de abertura médio de 15,65% com a maior dispersão absoluta entre todas as regiões analisadas de 2,53%, tendo oscilado entre 12,70% (2007), e 19,27% (2015).

O Gráfico 24, abaixo, apresenta a dinâmica do grau de abertura da região Centro-Oeste que revelou forte ascensão no período, mantendo-se sempre abaixo do grau de abertura nacional, mas com nítida trajetória de convergência para a média nacional. O padrão de comércio exterior da referida região revelou-se predominantemente exportador, cuja participação no PIB saltou de 7,96%, em 2007, para 14,12%, em 2015. Por outro lado, a dependência das importações passou de 4,74% do PIB, em 2007, para 5,16%, em 2015. Por fim, nota-se que o grau de abertura da região Centro-Oeste, diferente das regiões Sul e Sudeste, foi crescente entre 2007 e 2015.

Gráfico 24: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Centro-Oeste – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em 2015, as exportações da Região Centro-Oeste totalizaram o valor de US\$ 23,97 bilhões, sendo compostas por produtos básicos (83,78%) e industrializados (16,06%). No grupo dos

industrializados, 15,10% eram de produtos manufaturados e 84,90% de produtos semimanufaturados. No tocante ao uso dos produtos exportados pela região, 83,38% eram de Bens intermediários (Insumos Industriais – 44,81%; Alimentos e bebidas destinados à indústria – 35,55%; e Peças e acessórios de equipamentos de transporte – 0,02%); 16,22% eram de Bens de consumo (Não durável – 16,20% e Durável – 0,02%) e 0,24% eram de Bens de capital (Máquinas e equipamentos – 0,16% e Equipamentos de transporte de uso industrial – 0,08%).

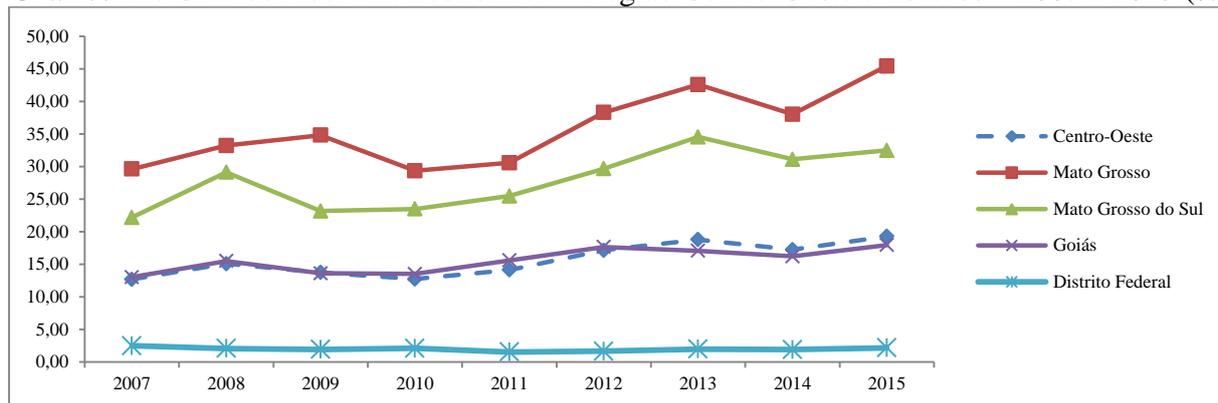
Os principais produtos exportados pela região Centro-Oeste, em 2015, foram: Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (US\$ 8,28 bilhões; 34,55%); Milho em grão, exceto para semeadura (US\$ 3,60 bilhões; 15,05%); Bagaços e outs. resíduos sólidos, da extr. do óleo de soja (US\$ 2,16 bilhões; 9,01%); Carnes desossadas de bovino, congeladas (US\$ 1,88 bilhão; 7,86%) e Pasta quim. madeira de n/conif. a soda/sulfato, semi/branq (US\$ 1,02 bilhão; 4,26%). A participação conjunta desses cinco principais produtos foi de 70,73% da pauta de importações da referida região.

Enquanto isso, as importações totalizaram o valor de US\$ 9,31 bilhões sendo compostas por produtos básicos (29,25%) e industrializados (70,75%). No grupo dos industrializados, 86,58% eram de produtos manufaturados e 13,42% de produtos semimanufaturados. No tocante ao uso dos produtos importados pela região, 48,47% eram de Bens intermediários (Insumos Industriais – 40,47%; Alimentos e bebidas destinados à indústria – 0,86%; e Peças e acessórios de equipamentos de transporte – 7,13%); 17,54% eram de Bens de consumo (Não durável – 13,27% e Durável – 4,26%) e 7,03% eram de Bens de capital (Máquinas e equipamentos – 5,94% e Equipamentos de transporte de uso industrial – 1,08%).

Os principais produtos importados pela região Centro-Oeste, em 2015, foram: Gás natural no estado gasoso (US\$ 2,46 bilhões; 26,40%); Outros cloretos de potássio (US\$ 723,3 milhões; 7,76%); Outs. frações do sangue, prod. imunol. modif.(Medicamentos) (US\$ 487,1 milhões; 5,23%); Anticorpo humano c/ afin. especific. antígeno transmembranar (US\$ 358,6 milhões; 3,85%) e Outs. medicam. c/comp. heterocicl. heteroat. nitrog. em doses (US\$ 216,7 milhões; 2,33%). A participação conjunta desses cinco principais produtos foi de 45,57% da pauta de importações da referida região.

O estado do Mato Grosso apresentou o maior grau de abertura econômica dentro da referida região, em torno de 45,42% do PIB do estado, seguido pelo Mato Grosso do Sul (32,49%); Goiás (17,95%) e Distrito Federal (2,19%) (Gráfico 25).

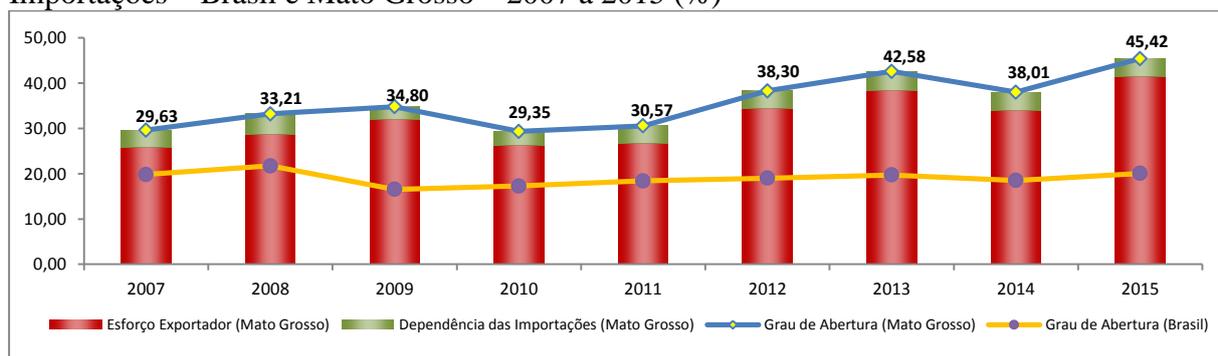
Gráfico 25: Grau de Abertura Econômica – Região Centro-Oeste e Estados – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Pela análise do Gráfico 26, a seguir, é possível observar a escalada do grau de abertura do estado de Mato Grosso, cujo incremento de participação no PIB foi da ordem de 15,79 p.p. entre os anos de 2007 e 2015, sendo a maior variação observada dentre todos os estados brasileiros. O grau de abertura deste estado oscilou entre um mínimo de 29,35% (2010) e um máximo de 45,52% (2015), mantendo-se sempre acima do grau de abertura regional e nacional ao longo da série. É possível afirmar que o estado do Mato Grosso foi um dos grandes responsáveis pela expansão do grau de abertura da região Centro-Oeste ao longo dos últimos nove anos, tendo apresentado o maior grau de dispersão em torno da média de 5,75%. Nota-se que o padrão de comércio do citado estado é predominantemente exportador, cuja participação no PIB estadual foi de 41,43% e a participação das importações foi apenas de 3,98%, ambos em 2015.

Gráfico 26: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Mato Grosso – 2007 a 2015 (%)

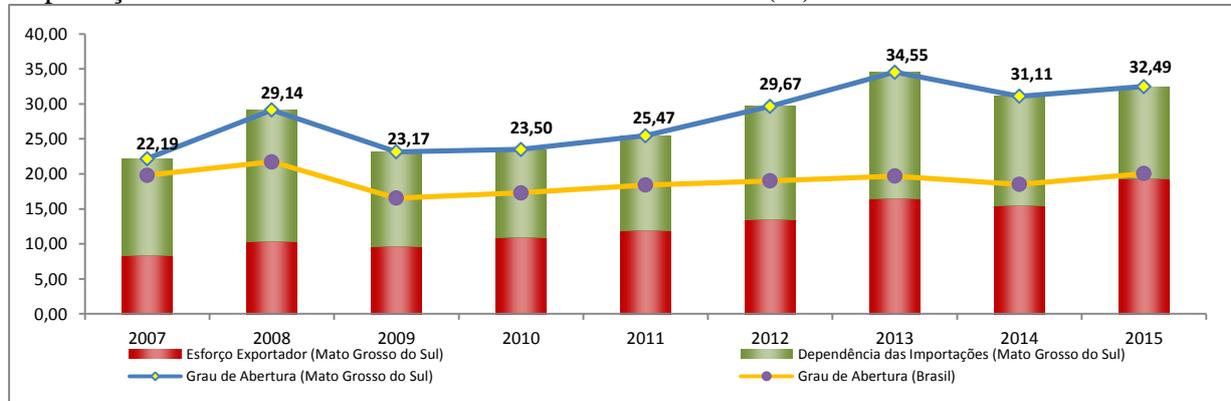


Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

O gráfico 27, abaixo, apresenta a dinâmica do grau de abertura comercial do estado do Mato Grosso do Sul, segundo maior grau de abertura comercial dentro do Centro-Oeste, que apresentou significativa expansão até 2015, mantendo-se também acima do grau de abertura regional e nacional em todos os anos analisados. Nota-se que o padrão comercial do referido

estado manteve-se predominantemente importador até 2014, invertendo essa lógica em 2015, quando as exportações passaram a participação com 19,33% do PIB do estado contra uma participação das importações de 13,16%.

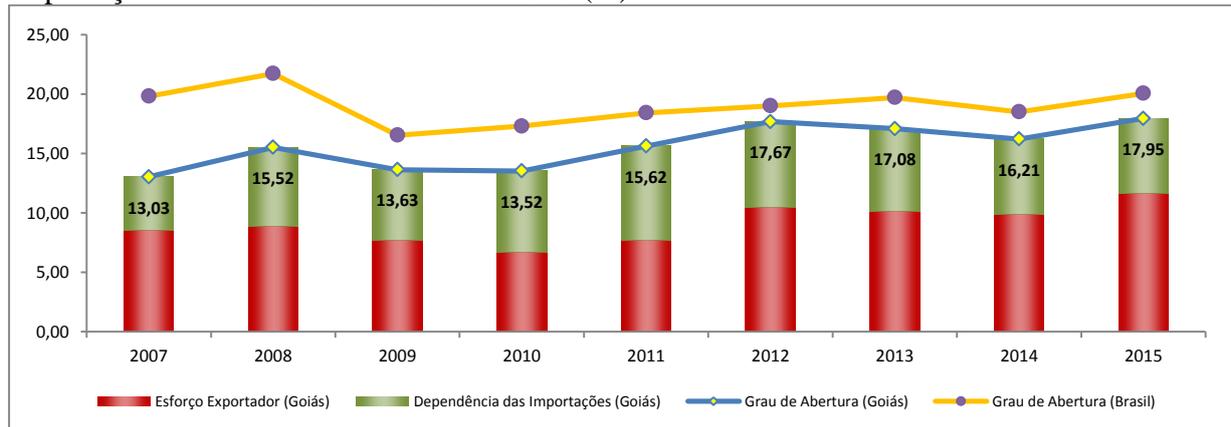
Gráfico 27: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Mato Grosso do Sul – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

O estado de Goiás apresentou o quarto maior grau de abertura da região Centro-Oeste, com nítido crescimento ao longo dos anos, passando de 13,03% do PIB, em 2007, para 17,95% do PIB, em 2015. Nota-se que o grau de abertura do referido estado ficou abaixo do nacional em toda a série e do regional nos últimos três anos, com um padrão de comércio internacional predominantemente exportador, cujo coeficiente de esforço exportador foi de 11,64% do PIB, e a dependência das importações foi quase metade disso, ou seja, 6,32% do PIB de 2015.

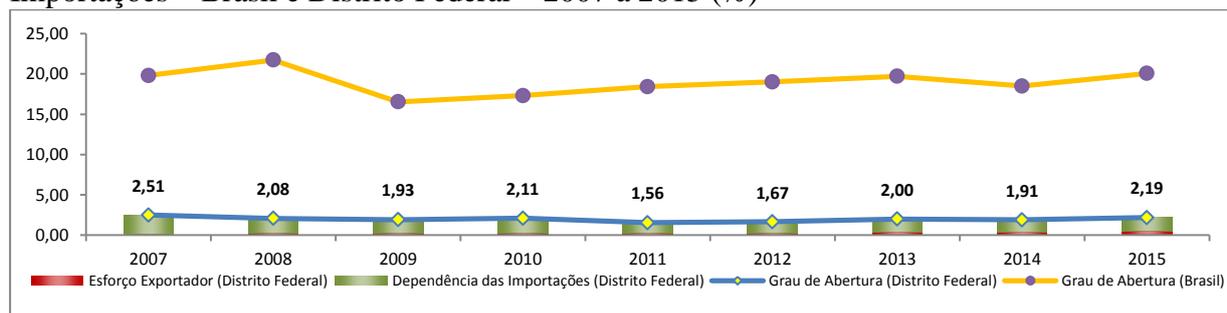
Gráfico 28: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Goiás – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Por fim, o grau de abertura do Distrito Federal mostrou-se pouco significativo em toda a série, tendo oscilado entre 1,56% do PIB em 2011 e 2,51% do PIB em 2007, revelando trajetória descendente até 2015. Esses números revelam a pequena importância do comércio exterior no Distrito Federal que apresentou padrão predominantemente importador em todos os anos.

Gráfico 29: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Distrito Federal – 2007 a 2015 (%)



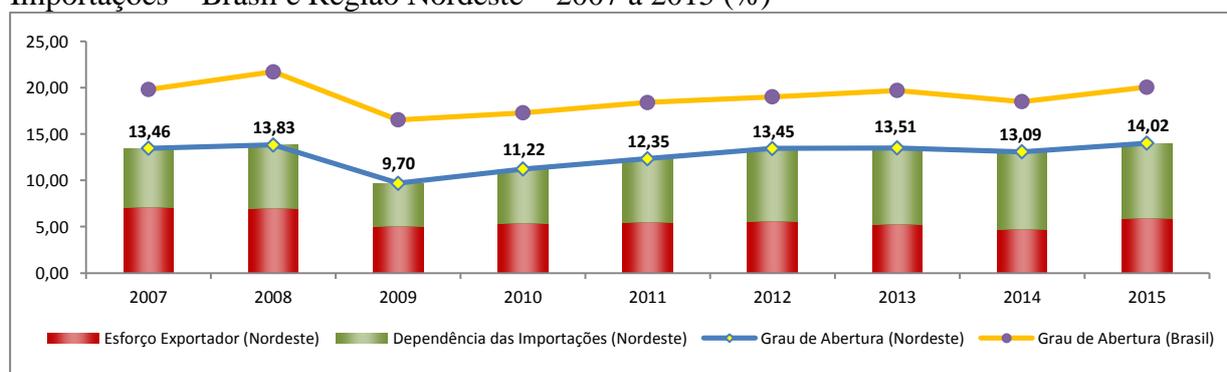
Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

4.2.5 Região Nordeste

A Região Nordeste perdeu nítida participação nas exportações nacionais, passando de 8,16%, em 2007, para 7,73%, em 2015, ou seja, variação absoluta de -0,43 p.p. Já as importações, registraram forte aumento de participação, passando de 9,77%, em 2007, para 12,39%, em 2015, acumulando variação absoluta de +2,62 p.p. Como resultado, a corrente de comércio cresceu passando de 5,49%, em 2007, para 9,27%, em 2015, incremento de +3,78 p.p. Já o produto interno bruto também registrou ganho de participação nacional, passando de 13,03%, em 2007, para 14,12%, em 2015.

Pela análise do Gráfico 30, a seguir, o Nordeste apresentou o menor grau de abertura dentre as regiões brasileiras, tendo também registrado crescimento após a crise de 2009, alcançando seu percentual máximo de 14,02% (2015) e mínimo de 9,70% (2009). O grau de abertura nordestino apresentou trajetória ascendente a partir de 2009, cujo padrão comercial internacional é predominantemente importador. O coeficiente de dependência das importações participou com 8,08% do PIB, enquanto o índice de esforço exportador com 5,94% do PIB, ambos em 2015. Nota-se que o grau de abertura da região Nordeste foi crescente ao longo da série, passando a apresentar um padrão mais importador.

Gráfico 30: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Região Nordeste – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em 2015, as exportações da Região Nordeste totalizaram o valor de US\$ 14,65 bilhões sendo compostas por produtos básicos (28,76%) e industrializados (70,17%). No grupo dos industrializados, 57,13% eram de produtos manufaturados e 42,87% de produtos semimanufaturados. No tocante ao uso dos produtos exportados pela região, 77,25% eram de Bens intermediários (Insumos Industriais – 55,71%; Alimentos e bebidas destinados à indústria – 19,67%; e Peças e acessórios de equipamentos de transporte – 1,86%); 13,52% eram de Bens de consumo (Não durável – 10,82% e Durável – 2,70%) e 3,06% eram de Bens de capital (Máquinas e equipamentos – 3,06%).

Os principais produtos exportados pela região Nordeste, em 2015, foram: Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira (US\$ 1,98 bilhão; 13,57%); Pasta quim. madeira de n/ conif.a soda/sulfato, semi/branq (US\$ 1,78 bilhão; 12,16%); Alumina calcinada (US\$ 1,06 bilhão; 7,25%); "Fuel-oil" (US\$ 611,1 milhões; 4,17%) e Cátodos de cobre refinado/seus elementos, em forma bruta (US\$ 559,2 milhões; 3,82%). A participação conjunta desses cinco principais produtos foi de 40,96% da pauta de exportações da referida região.

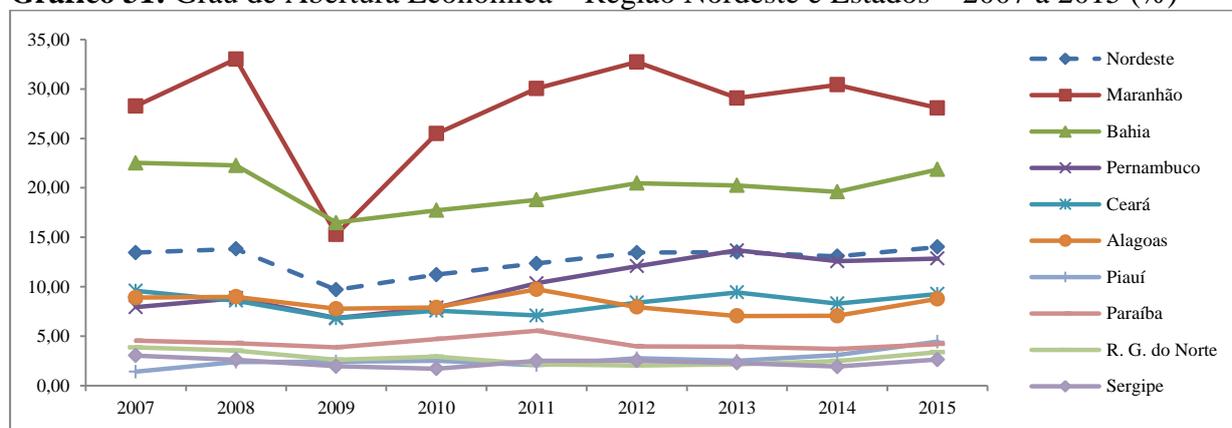
Enquanto isso, as importações totalizaram o valor de US\$ 21,42 bilhões sendo compostas por produtos básicos (11,67%) e industrializados (88,33%). No grupo dos industrializados, 83,61% eram de produtos manufaturados e 4,72% de produtos semimanufaturados. No tocante ao uso dos produtos importados pela região, 38,48% eram de Bens intermediários (Insumos Industriais – 29,38%; Alimentos e bebidas destinados à indústria – 4,68%; e Peças e acessórios de equipamentos de transporte – 4,0%); 8,71% eram de Bens de consumo (Não durável – 4,68% e Durável – 4,03%) e 15,53% eram de Bens de capital (Máquinas e equipamentos – 12,37% e Equipamentos de transporte de uso industrial – 3,16%).

Os principais produtos importados pela região Nordeste, em 2015, foram: "Gasóleo" (Óleo diesel) (US\$ 2,34 bilhões; 10,92%); Gás natural, liquefeito (US\$ 1,96 bilhão; 9,18%); Naftas para petroquímica (US\$ 1,35 bilhão; 6,35%); Sulfetos de minérios de cobre (US\$ 973,3 milhões; 4,54%) e Outras gasolinas, exceto para aviação (US\$ 904,9 milhões; 4,22%). A participação conjunta desses cinco principais produtos foi de 35,17% da pauta de importações da referida região.

Os dois estados que apresentam os maiores graus de abertura comercial dentro da região Nordeste no ano de 2015 foram: Maranhão (28,08%) e Bahia (21,86%), ambos acima do grau de abertura comercial regional. O estado do Maranhão sofreu bastante os efeitos da crise de 2009, quando registrou percentual de abertura de apenas 15,30%, bem abaixo da média do

período que foi de 28,04%. Na sequência tem-se o grau de abertura econômica dos demais estados da região Nordeste em 2015: Pernambuco (12,86%); Ceará (9,27%); Alagoas (8,78%); Piauí (4,45%); Paraíba (4,21%); Rio Grande do Norte (3,38%) e Sergipe (2,64%) (Gráfico 31).

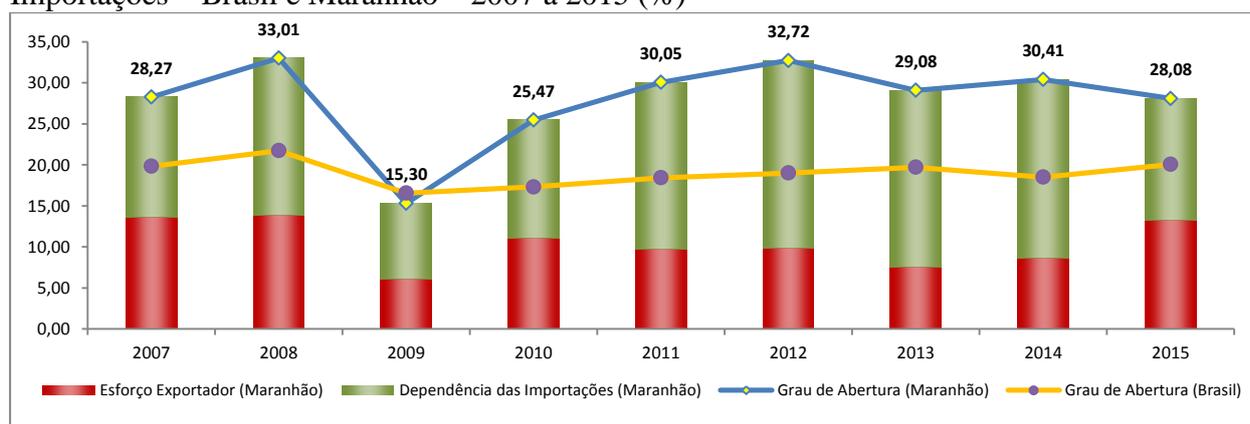
Gráfico 31: Grau de Abertura Econômica – Região Nordeste e Estados – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 32 abaixo traz informações da dinâmica do grau de abertura do estado do Maranhão que se manteve bem acima do regional e do nacional em quase todos os anos analisados, a exceção ficou por conta de 2009. Nota-se a nítida recuperação do grau de abertura pós-crise de 2009, cujo padrão comercial internacional desse estado manteve-se predominante importador, passando para um nível mais equilibrado no último ano da série, em função do forte crescimento das exportações.

Gráfico 32: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Maranhão – 2007 a 2015 (%)

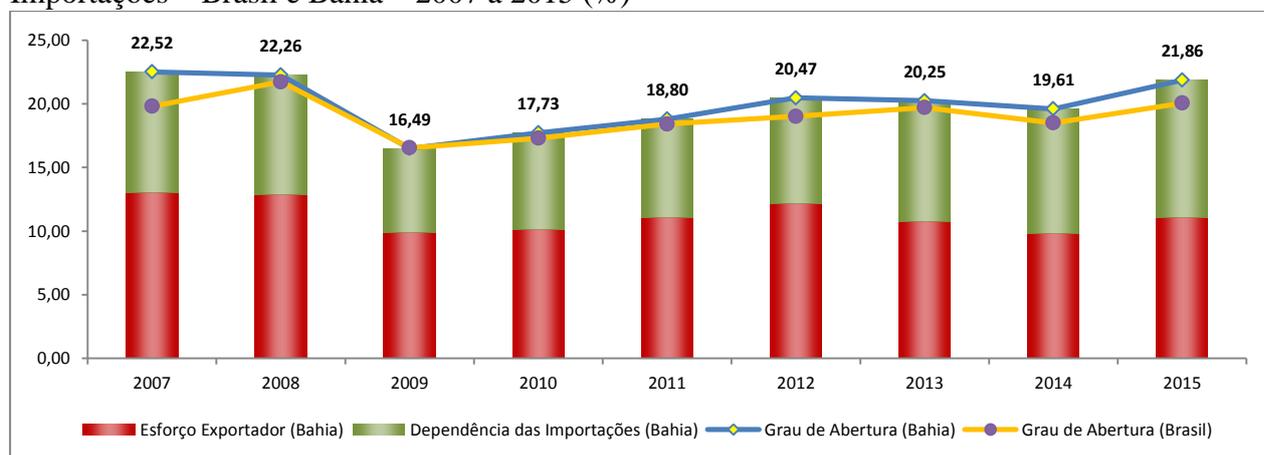


Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Pela análise do Gráfico 33, é possível observar a dinâmica do grau de abertura econômica do estado da Bahia entre os anos de 2007 e 2015. Nota-se que o mesmo foi crescente entre 2009 e 2015, mantendo-se levemente acima do GA nacional ao longo da série e sempre acima do

GA da região Nordeste em todos os anos, tendo apresentado um padrão predominante exportador até 2013. Em 2014 e 2015, o estado da Bahia também passou a apresentar um padrão comercial mais equilibrado, cuja participação das exportações foi de 11,07% do PIB e das importações 10,79% do PIB, ambos no último ano.

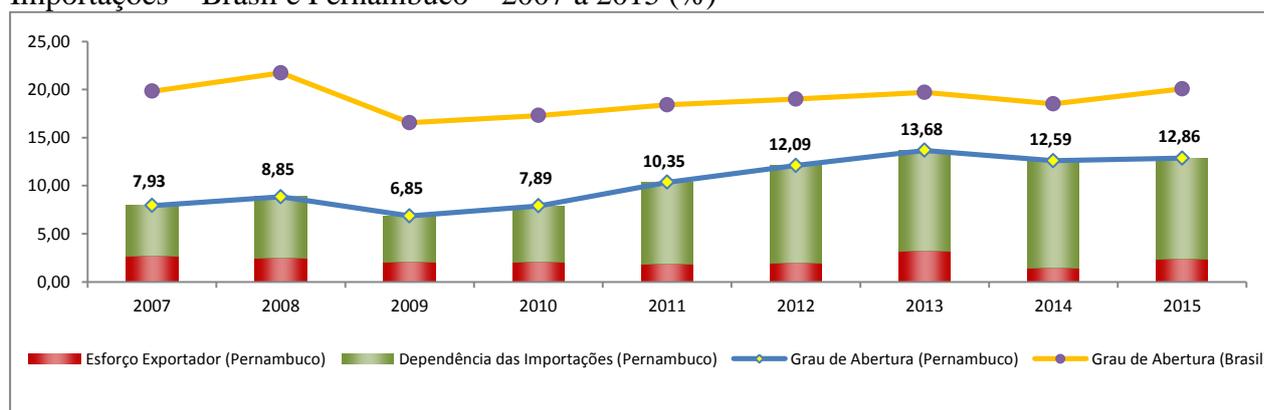
Gráfico 33: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Bahia – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

O GA de Pernambuco experimentou uma nítida ascensão entre os anos de 2009 e 2013, desacelerando até o último ano da série, ficando sempre abaixo do grau de abertura nacional e regional. Nota-se que o padrão comercial internacional do referido estado é mais importador, cujo índice de dependência das importações foi de 10,49% do PIB e o esforço exportador de apenas 2,37% do PIB no último ano da série (Gráfico 34).

Gráfico 34: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Pernambuco – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

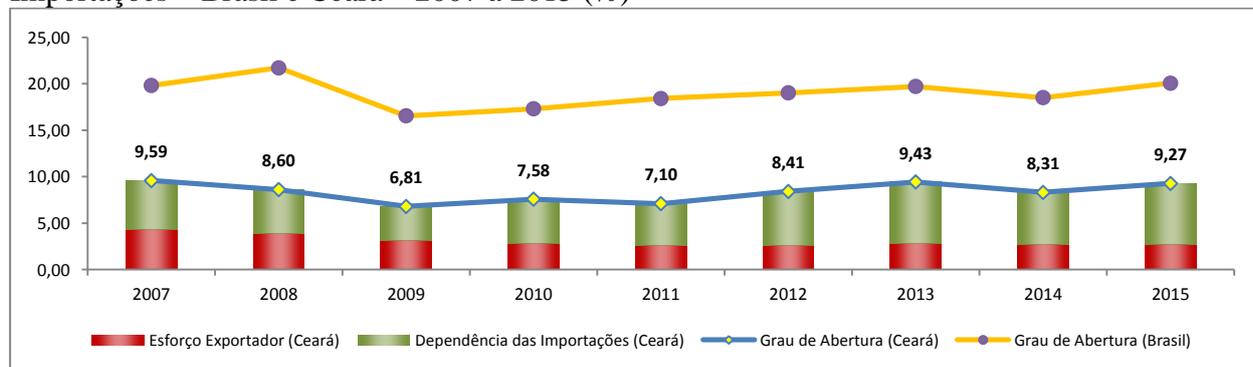
Pela análise do Gráfico 35, é possível observar a dinâmica do grau de abertura cearense entre os anos de 2007 e 2015. O estado do Ceará apresenta o quarto maior grau de abertura da região Nordeste desde 2012, antes superado por Alagoas. Nota-se que em todos os anos o

grau de abertura comercial do referido estado manteve-se também sempre abaixo do nacional e do regional. Vale notar que mesmo com a recuperação do grau de abertura pós-crise de 2009, o nível de abertura pré-crise ainda não foi reestabelecido. Ademais, o padrão comercial internacional do estado do Ceará é também predominantemente importador. A participação das importações no PIB foi de 6,52%, enquanto que a participação das exportações foi menos que a metade, 2,74%, ambos em 2015.

Em 2015, as exportações cearenses totalizaram o valor de US\$ 1,045 bilhão sendo composta por produtos básicos (27,01%), levemente inferior a participação nordestina (28,76%) e industrializados (71,22%), levemente acima da participação nordestina (70,17%). No grupo dos industrializados, 68,05% eram de produtos manufaturados, bem acima da participação regional que foi de 57,13% e 31,95% de produtos semimanufaturados, abaixo do registrado pelo Nordeste que foi de 42,87%. No tocante ao uso dos produtos exportados pela região, 59,68% eram de Bens de consumo (Não durável – 59,03% e Durável – 0,65%), 32,26% eram de Bens intermediários (Insumos Industriais – 31,94%; Alimentos e bebidas destinados à indústria – 0,15% e Peças e acessórios de equipamentos de transporte – 0,16%); e 4,08% eram de Bens de capital (Máquinas e equipamentos – 4,08%).

Enquanto isso, as importações totalizaram o valor de US\$ 2,68 bilhões sendo compostas por produtos básicos (15,30%) e industrializados (84,70%). No grupo dos industrializados, 98,07% eram de produtos manufaturados e 1,93% de produtos semimanufaturados. No tocante ao uso dos produtos importados pela região, 43,89% eram de Bens intermediários (Insumos Industriais – 32,13%; Alimentos e bebidas destinados à indústria – 8,82%; e Peças e acessórios de equipamentos de transporte – 2,94%); 5,06% eram de Bens de consumo (Não durável – 4,38% e Durável – 0,68%) e 17,16% eram de Bens de capital (Máquinas e equipamentos – 12,74% e Equipamentos de transporte de uso industrial – 4,42%).

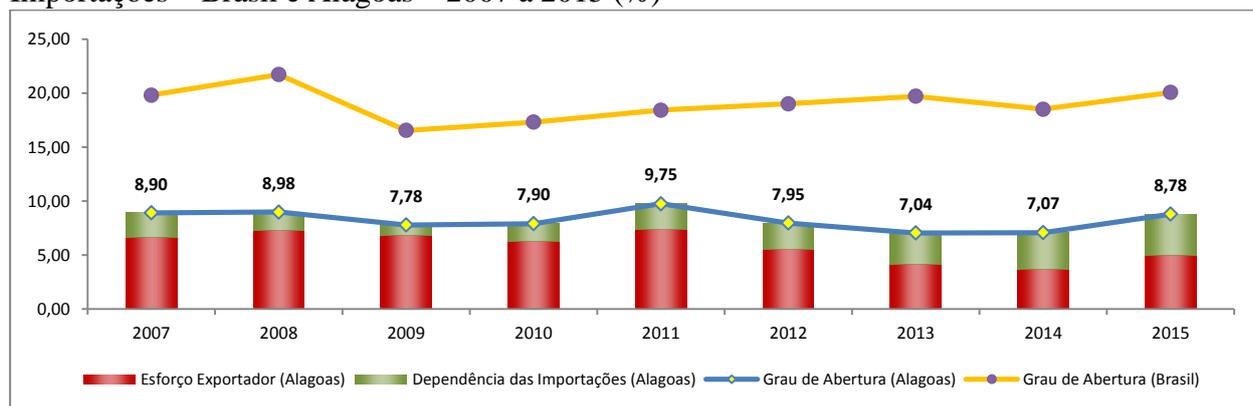
Gráfico 35: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Ceará – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

O estado de Alagoas também não conseguiu recuperar o grau de abertura comercial pré-crise em 2015. Nota-se que em todos os anos o grau de abertura desse estado também se manteve sempre abaixo do nacional e regional. O padrão comercial de Alagoas, diferente dos últimos dois estados, é predominantemente exportador. A participação das exportações no PIB do estado foi de 5,01% e das importações de 3,78%, ambos em 2015.

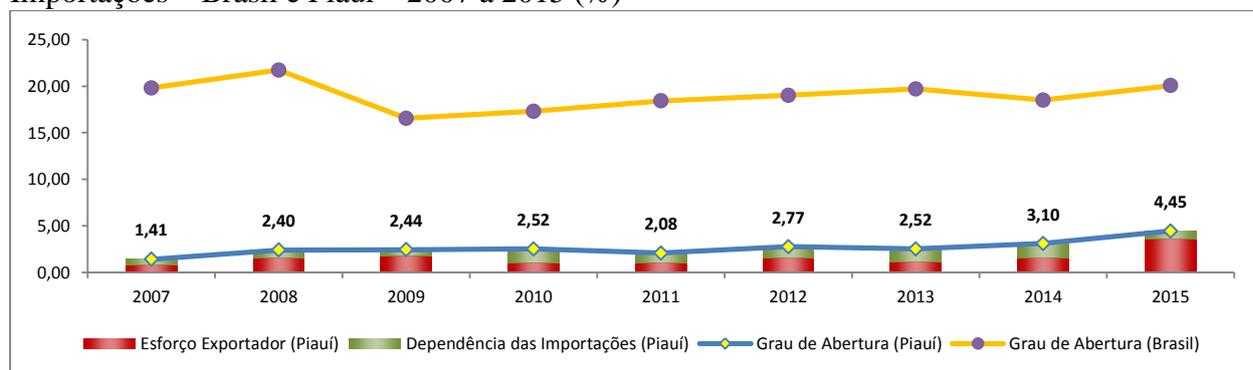
Gráfico 36: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Alagoas – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

O estado do Piauí, por sua vez, apresentou uma escalada do grau de abertura comercial nos últimos anos, em função, principalmente do crescimento observado em suas exportações, mas manteve-se ainda bem distante do padrão de abertura comercial nacional e regional. Pode-se dizer que o padrão comercial desse estado também é predominantemente exportador. A participação das exportações no PIB de 2015 foi de 3,54%, enquanto as importações menos que um terço disto, igual a 0,91%.

Gráfico 37: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Piauí – 2007 a 2015 (%)

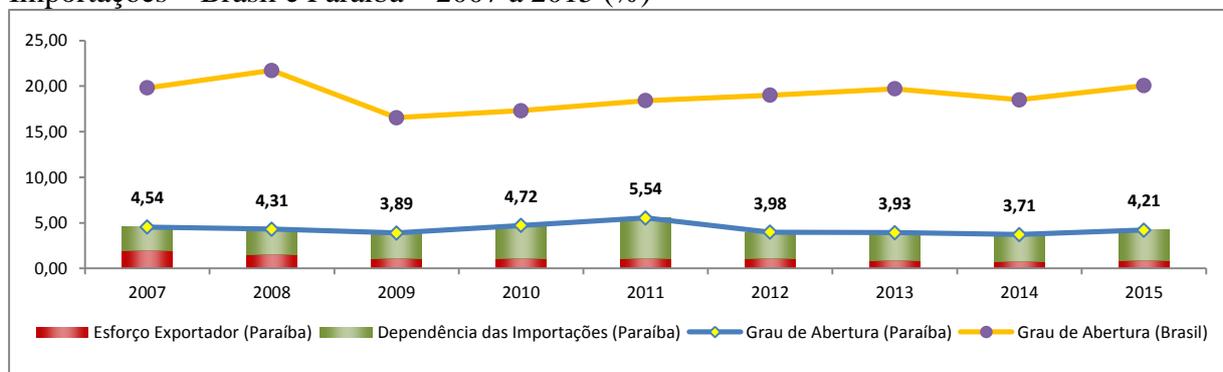


Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

O estado da Paraíba apresentou o sétimo maior grau de abertura comercial da região Nordeste com uma nítida redução após 2011, apresentando uma leve recuperação no último ano da série. O grau de abertura econômica do referido estado também se manteve sempre abaixo do

grau de abertura comercial nacional e regional. É notório o padrão comercial internacional do referido estado que mais importa que exporta. A participação das importações no PIB foi de 3,35% e das exportações apenas 0,86%, ambos em 2015.

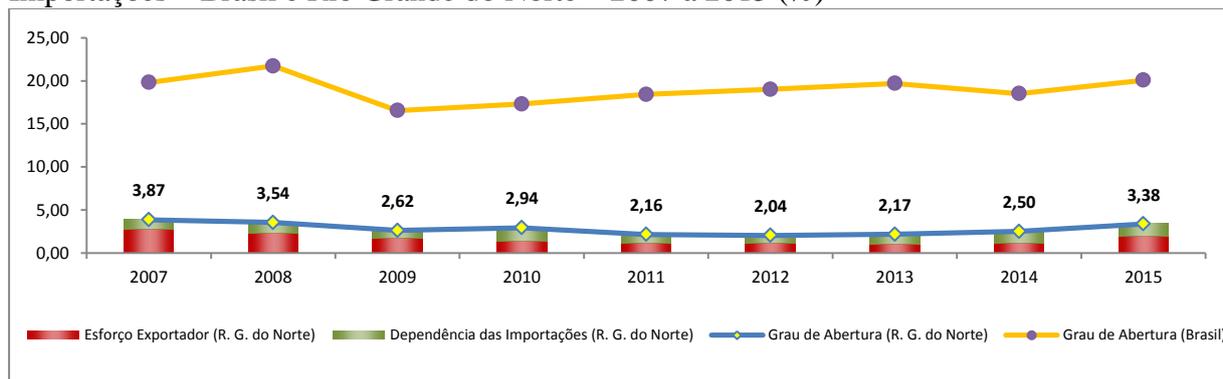
Gráfico 38: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Paraíba – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Rio Grande do Norte apresentou o oitavo maior grau de abertura comercial da região Nordeste. Esse estado também apresentou redução no grau de abertura comercial em 2015, na comparação com 2007, mas melhorou na comparação dos últimos quatro anos. Esse estado também apresentou grau de abertura comercial bem inferior a registrada pelo país e pela região Nordeste. O padrão de comércio exterior apresentado é de certo equilíbrio com viés exportador. As exportações participaram com 1,93% e as importações com 1,45% do PIB de 2015.

Gráfico 39: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Rio Grande do Norte – 2007 a 2015 (%)

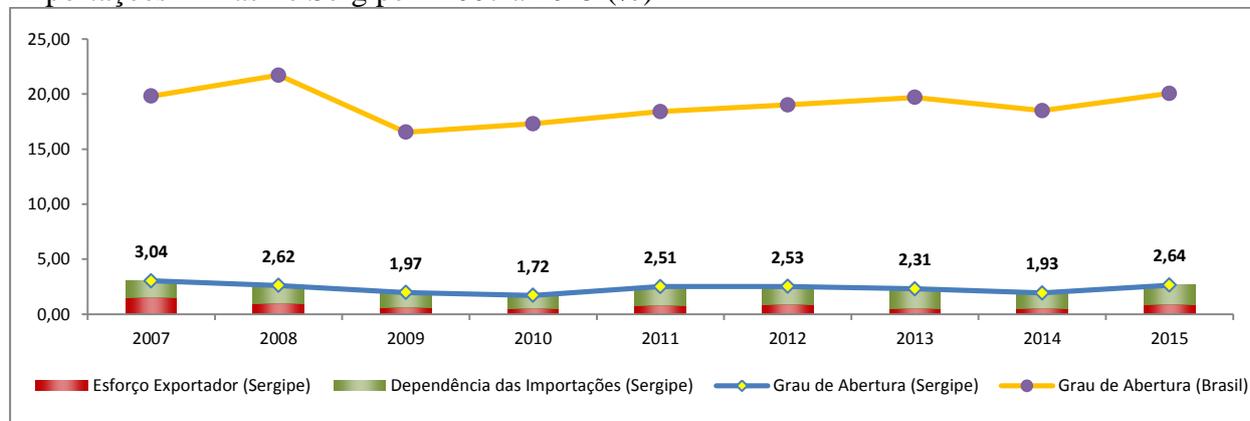


Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Por fim, o estado de Sergipe foi outro que não recuperou o padrão de abertura comercial pré-crise, mas esboçou certa expansão nos últimos três anos. O grau de abertura econômica do referido estado manteve-se bem distante do nacional, com padrão comercial mais voltado para

importações, cuja participação, no PIB de 2015, foi de 1,76%, contra uma participação de apenas 0,88% das exportações (Gráfico 40).

Gráfico 40: Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações – Brasil e Sergipe – 2007 a 2015 (%)



Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em suma, a região Nordeste registrou o menor grau de abertura dentre todas as regiões do país, cujo padrão comercial foi predominantemente importador. Vale ressaltar o elevado grau de abertura comercial dos estados do Maranhão e Bahia que ficaram acima do nacional e também do regional, com ambos apresentando um padrão comercial equilibrado em 2015, sendo que o primeiro com um maior viés importador e o segundo com um maior viés exportador. Os outros sete estados apresentaram baixo grau de abertura comercial ficando aquém do regional, a exemplo de Pernambuco, Ceará e Alagoas. Já os estados do Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe apresentaram grau de abertura comercial inferior a cinco por cento do PIB.

4.3. GRAU DE ABERTURA ECONÔMICA GERAL POR ESTADOS

Após se analisar internamente cada região faz-se necessário uma análise do comportamento geral do grau de abertura econômica, esforço exportador e dependência das importações de todos os estados brasileiros.

A Tabela 2 a seguir, apresenta as principais mudanças ocorridas no grau de abertura comercial nos estados brasileiros entre os anos de 2007 e 2015. A partir dela é possível ressaltar que onze estados apresentaram aumento do grau de abertura econômica entre os anos de 2007 e 2015. Os maiores avanços de participação da corrente de comércio sobre o Produto Interno Bruto foram observados nos estados do Mato Grosso (+15,79 p.p.); Mato Grosso do Sul (+10,30 p.p.); Rondônia (+7,83 p.p.); Tocantins (+7,67 p.p.) e Pernambuco (+4,93 p.p.) para listar os cinco maiores ganhos de abertura comercial, revelando que esses estados aumentaram

seu nível de transações comerciais com o exterior independente da direção do comércio ter sido via exportações ou via importações. Outros estados que também experimentaram avanços no GA entre os mesmos anos foram: Goiás (+4,92 p.p.); Santa Catarina (+3,54 p.p.); Piauí (+3,04 p.p.); Rio de Janeiro (+2,89 p.p.); Amapá (+1,64 p.p.) e Amazonas (+1,62 p.p.).

Por outro lado, dezesseis estados tornaram-se mais fechados economicamente apresentando redução no GA na comparação dos dois anos. As maiores reduções ocorreram nos estados do Rio Grande do Sul (-4,38 p.p.); Pará (-2,77 p.p.); São Paulo (-1,88 p.p.); Espírito Santo (-1,36 p.p.) e Bahia (-0,66 p.p.), também para listar as cinco maiores. Vale destacar que o estado do Ceará também apresentou redução no grau de abertura comercial na mesma comparação, tendo registrado a décima maior perda de 0,32 pontos percentuais. (Tabela 2).

Como resultado dos avanços ou retrocessos no grau de abertura comercial apresentados acima foi possível observar algumas mudanças na composição por faixa de grau de abertura econômica dos estados brasileiros.

Tabela 2: Principais mudanças no grau de abertura econômica ((X+M)/PIB) – Brasil e Estados – 2007 e 2015

Estados	2007	Rank.	2015	Rank.	Dif. (2015-2007)	Rank.
Mato Grosso	29,63	4	45,42	1	15,79	1
Espírito Santo	42,67	1	41,31	2	-1,36	24
Amazonas	35,04	2	36,66	3	1,62	11
Mato Grosso do Sul	22,19	10	32,49	4	10,30	2
Pará	31,70	3	28,93	5	-2,77	26
Maranhão	28,27	6	28,08	6	-0,19	15
Santa Catarina	22,87	8	26,41	7	3,54	7
R. G. do Sul	28,63	5	24,25	8	-4,38	27
Paraná	24,72	7	24,14	9	-0,58	22
Bahia	22,52	9	21,86	10	-0,66	23
Minas Gerais	19,87	12	19,78	11	-0,09	12
São Paulo	20,53	11	18,65	12	-1,88	25
Goiás	13,03	14	17,95	13	4,92	6
Rio de Janeiro	14,10	13	16,99	14	2,89	9
Rondônia	6,94	18	14,77	15	7,83	3
Pernambuco	7,93	17	12,86	16	4,93	5
Tocantins	4,28	21	11,95	17	7,67	4
Ceará	9,59	15	9,27	18	-0,32	18
Alagoas	8,90	16	8,78	19	-0,12	13
Amapá	5,73	19	7,37	20	1,64	10
Piauí	1,41	25	4,45	21	3,04	8
Paraíba	4,54	20	4,21	22	-0,33	19
R. G. do Norte	3,87	22	3,38	23	-0,49	21
Sergipe	3,04	23	2,64	24	-0,40	20
Distrito Federal	2,51	24	2,19	25	-0,32	17
Roraima	0,82	26	0,69	26	-0,13	14
Acre	0,74	27	0,54	27	-0,20	16
Brasil	19,81	---	20,06	---	0,25	---

Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE. Ordenado por 2015.

Em 2007, apenas três estados apresentaram grau de abertura econômica acima dos 30%, sendo que um deles apresentava participação acima dos 40% do Produto Interno Bruto,

Espírito Santo (42,67%); Amazonas (35,04%); e Pará (31,70%), com dois pertencentes a região Norte do país. Em 2015, o número de estados nessa faixa de participação aumentou para quatro, com alteração nas posições no ranking nacional, Mato Grosso (45,42%) passando a ocupar o primeiro lugar, pertencente à região Centro-Oeste; seguido por Espírito Santo (41,31%), pertencente à região Sudeste; Amazonas (36,66%), pertencente à região Norte e Mato Grosso do Sul (32,49%) outro estado pertencente à região Centro-Oeste. Com isso, é possível afirmar que ocorreram mudanças no total de estados e na composição dessa faixa de grau de abertura, com a entrada de dois novos estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e a saída do estado do Pará.

Na faixa de abertura comercial entre 20,01% e 30,0% de participação do PIB estavam presentes oito estados em 2007, Mato Grosso (29,63%) que já detinha elevado grau de abertura comercial neste ano; seguido por Rio Grande do Sul (28,63%); Maranhão (28,27%); Paraná (24,72%); Santa Catarina (22,87%); Bahia (22,52%); Mato Grosso do Sul (22,19%) e São Paulo (20,53%). Enquanto isso, em 2015, esse número caiu para seis estados: Pará (28,93%) que saiu do grupo dos principais; Maranhão (28,08%); Santa Catarina (26,41%); Rio Grande do Sul (24,25%); Paraná (24,14%) e Bahia (21,86%). Nota-se que todos os três estados da região Sul e dois da região Nordeste apresentaram esse perfil comercial e que os três primeiros estados elencados anteriormente apresentaram graus de abertura comercial superior ao total das regiões Norte (24,80%) e Sul (24,75%), com todos os seis estados apresentando graus de abertura comercial superior ao nacional (20,06%). (Tabela 2).

No terceiro grupo com grau de abertura comercial entre 10,01% e 20,0% do PIB tem-se um total de três estados em 2007: Minas Gerais (19,87%); Rio de Janeiro (14,10%) e Goiás (13,03%). Em 2015, esse número aumentou para sete estados: Minas Gerais (19,78%); registrando GA acima das regiões Sudeste (19,33%) e Centro-Oeste (19,27%); seguido por São Paulo (18,65%); Goiás (17,95%); Rio de Janeiro (16,99%); Rondônia (14,77%); que apresentaram GA também superior ao da região Nordeste (14,02%) e por fim, os estados de Pernambuco (12,86%) e Tocantins (11,95%). (Tabela 2).

No quarto grupo, um total de cinco estados apresentaram GA entre 5,01% e 10,0% em 2007: Ceará (9,59%); Alagoas (8,90%); Pernambuco (7,93%); Rondônia (6,94%) e Amapá (5,73%). Em 2015, esse número reduziu-se para três estados: Ceará (9,27%); Alagoas (8,78%) e Amapá (7,37%), com dois estados da região Nordeste e um da região Norte. (Tabela 2).

Na última faixa, tem-se um total de oito estados com os menores graus de abertura econômica do país, abaixo dos 5% do PIB em 2007: Paraíba (4,54%); Tocantins (4,28%); Rio Grande do Norte (3,87%); Sergipe (3,04%); Distrito Federal (2,51%); Piauí (1,41%); Roraima (0,82%) e Acre (0,74%). Em 2015, essa faixa passou a ser formada por sete estados: Piauí (4,45%); Paraíba (4,21%); Rio Grande do Norte (3,38%); Sergipe (2,64%); Distrito Federal (2,19%); Roraima (0,69%) e Acre (0,54%). Nota-se que desse total, quatro estados estão na região Nordeste, dois na região Norte e um no Centro-Oeste. (Tabela 2).

Por sua vez, a Tabela 3, apresenta as principais mudanças ocorridas no indicador de esforço exportador dos estados brasileiros entre os anos de 2007 e 2015. Nota-se que dez estados apresentaram aumento da participação das exportações no total do produto interno bruto dos referidos estados na comparação dos dois anos. Os maiores avanços foram observados nos estados do Mato Grosso (+15,60 p.p.); seguido por Mato Grosso do Sul (+11,05 p.p.); Tocantins (+7,47 p.p.); Espírito Santo (+5,74 p.p.) e Goiás (+3,13 p.p.) apenas para listar os cinco maiores, resultado do aumento expressivo de valor exportado por esses estados no período considerado. Outros estados que apresentaram também aumento de participação das exportações no PIB foram: Rondônia (+3,05 p.p.); Piauí (+2,75 p.p.); Amapá (+2,0 p.p.); Distrito Federal (+0,30 p.p.) e Rio de Janeiro (+0,29 p.p.), afetando positivamente seu grau de abertura econômica nessa direção do comércio.

Por outro lado, outros dezessete estados reduziram a participação de suas exportações no total do PIB na mesma comparação, afetando negativamente o GA desses estados por esta direção de comércio. As maiores perdas de participação das exportações foram observadas nos estados de Santa Catarina (-3,37 p.p.); Pará (-2,70 p.p.); São Paulo (-2,59 p.p.); Bahia (-1,92 p.p.) e Amazonas (-1,81 p.p.). O estado do Ceará também apresentou redução da participação das exportações no PIB, tendo registrado a sétima maior perda neste indicador de 1,60 ponto percentual, resultado de um crescimento pouco expressivo das exportações no período de nove anos, bem diferente do ocorrido em outros estados brasileiras a exemplo de três pertencentes a região Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás).

Com isso, os estados que apresentaram o maior esforço exportador frente ao valor total do Produto Interno Bruto em 2015 foram: Mato Grosso (41,43%); Espírito Santo (27,50%); Pará (26,66%); Mato Grosso do Sul (19,33%); e Rio Grande do Sul (15,78%), revelando a principal direção na corrente de comércio desses estados. Outros estados que também apresentaram forte peso das exportações na produção doméstica foram: Minas Gerais

(14,31%); Paraná (13,44%); Maranhão (13,19%); Goiás (11,64%); Bahia (11,07%); Tocantins (10,40%); e Santa Catarina (10,27%).

Tabela 3: Principais mudanças no indicador de esforço exportador (X/PIB) – Brasil e Estados – 2007 e 2015

Estados	2007	Rank.	2015	Rank.	Dif. (2015-2007)	Rank.
Mato Grosso	25,83	2	41,43	1	15,60	1
Espírito Santo	21,76	3	27,50	2	5,74	4
Pará	29,35	1	26,66	3	-2,70	26
Mato Grosso do Sul	8,28	13	19,33	4	11,05	2
R. G. do Sul	17,09	4	15,78	5	-1,31	20
Minas Gerais	14,68	5	14,31	6	-0,37	13
Paraná	14,33	6	13,44	7	-0,89	18
Maranhão	13,66	7	13,19	8	-0,47	15
Goiás	8,50	11	11,64	9	3,13	5
Bahia	12,99	9	11,07	10	-1,92	24
Tocantins	2,93	19	10,40	11	7,47	3
Santa Catarina	13,64	8	10,27	12	-3,37	27
Rondônia	6,03	15	9,08	13	3,05	6
Rio de Janeiro	8,45	12	8,74	14	0,29	10
São Paulo	10,61	10	8,02	15	-2,59	25
Amapá	4,09	18	6,10	16	2,00	8
Alagoas	6,63	14	5,01	17	-1,62	22
Piauí	0,79	24	3,54	18	2,75	7
Amazonas	4,86	16	3,05	19	-1,81	23
Ceará	4,34	17	2,74	20	-1,60	21
Pernambuco	2,66	21	2,37	21	-0,29	11
R. G. do Norte	2,76	20	1,93	22	-0,84	17
Sergipe	1,55	23	0,88	23	-0,67	16
Paraíba	1,98	22	0,86	24	-1,12	19
Distrito Federal	0,17	27	0,46	25	0,30	9
Roraima	0,77	25	0,39	26	-0,38	14
Acre	0,68	26	0,39	27	-0,29	12
Brasil	11,33	---	10,85	---	-0,47	---

Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE. Ordenado por 2015.

O Ceará registrou a oitava menor participação das exportações em relação a sua produção doméstica com participação de 2,74% do PIB, em 2015, logo acima do registrado por Pernambuco (2,37%); Rio Grande do Norte (1,93%); Sergipe (0,88%); Paraíba (0,86%); Distrito Federal (0,46%); Roraima (0,39%) e Acre (0,39%).

A Tabela 4 contém as principais mudanças ocorridas no indicador de dependência das importações por estados brasileiros entre os anos de 2007 e 2015. Nota-se que vinte e um estados apresentaram aumento da participação das importações no total do Produto Interno Bruto na comparação dos dois anos. Os maiores avanços foram observados nos estados de Santa Catarina (+6,92 p.p.); Pernambuco (+5,22 p.p.); Rondônia (+4,79 p.p.); Amazonas (+3,43 p.p.) e Rio de Janeiro (+2,60 p.p.), resultado do aumento expressivo de valor importado por esses estados nos últimos nove anos. O estado do Ceará também apresentou aumento da participação das importações no PIB, tendo registrado o oitavo maior ganho no indicador de dependência das importações de 1,28 p.p., resultado de um crescimento expressivo das importações, principalmente a partir de 2011.

Tabela 4: Principais mudanças no indicador de dependência das importações (M/PIB) – Brasil e Estados – 2007 e 2015

Estados	2007	Rank.	2015	Rank.	Dif. (2015-2007)	Rank.
Amazonas	30,18	1	33,61	1	3,43	4
Santa Catarina	9,22	9	16,14	2	6,92	1
Maranhão	14,61	3	14,89	3	0,28	16
Espírito Santo	20,91	2	13,80	4	-7,10	27
Mato Grosso do Sul	13,91	4	13,16	5	-0,75	25
Bahia	9,54	8	10,79	6	1,25	9
Paraná	10,40	6	10,70	7	0,30	13
São Paulo	9,92	7	10,63	8	0,71	11
Pernambuco	5,26	11	10,49	9	5,22	2
R. G. do Sul	11,54	5	8,47	10	-3,07	26
Rio de Janeiro	5,65	10	8,25	11	2,60	5
Ceará	5,25	12	6,52	12	1,28	8
Goiás	4,53	14	6,32	13	1,79	6
Rondônia	0,91	24	5,69	14	4,79	3
Minas Gerais	5,19	13	5,47	15	0,28	15
Mato Grosso	3,79	15	3,98	16	0,19	19
Alagoas	2,28	19	3,78	17	1,50	7
Paraíba	2,56	16	3,35	18	0,79	10
Pará	2,35	17	2,27	19	-0,08	22
Sergipe	1,50	21	1,76	20	0,26	17
Distrito Federal	2,34	18	1,73	21	-0,61	24
Tocantins	1,35	22	1,55	22	0,19	20
R. G. do Norte	1,10	23	1,45	23	0,35	12
Amapá	1,63	20	1,27	24	-0,37	23
Piauí	0,61	25	0,91	25	0,30	14
Roraima	0,05	27	0,30	26	0,25	18
Acre	0,06	26	0,15	27	0,09	21
Brasil	8,49	---	9,21	---	0,72	---

Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE. Ordenado por 2015.

Por outro lado, apenas seis estados reduziram a participação de suas importações no total de sua produção doméstica na comparação dos anos de 2007 e 2015. As maiores perdas de participação das importações foram observadas nos estados do Espírito Santo (-7,10 p.p.) e Rio Grande do Sul (-3,07 p.p.); seguido por Mato Grosso do Sul (-0,75 p.p.); Distrito Federal (-0,61 p.p.); Amapá (-0,37 p.p.) e Pará (-0,08 p.p.). (Tabela 4).

A Tabela 5 a seguir contempla um resumo dos três indicadores para os estados brasileiros entre os anos de 2007 e 2015. Por ela é possível conhecer a principal direção de comércio de cada estado e a relevância dessa direção na sua produção doméstica, além das principais mudanças ocorridas nos últimos nove anos. Tomando como exemplo Mato Grosso, esse estado apresentou grau de abertura econômica em 2007 de 29,63% do PIB, com as exportações participando com 25,83% e as importações com 3,79%, revelando uma nítida direção de comércio exterior nas exportações. Em 2015, o grau de abertura comercial aumentou para 45,42% do PIB, movimento esse bastante explicado pelas exportações que passaram a representar 41,43% do PIB e as importações apenas 3,98% do PIB. Isso mostra que o estado intensificou ainda mais seu padrão predominantemente exportador.

Tabela 5: Grau de abertura, esforço exportador e dependência das importações – Brasil e Estados – 2007 e 2015

Estados	Grau de Abertura				Esforço Exportador				Dependência das Importações			
	2007	Rank.	2015	Rank.	2007	Rank.	2015	Rank.	2007	Rank.	2015	Rank.
Mato Grosso	29,63	4	45,42	1	25,83	2	41,43	1	3,79	15	3,98	16
Espírito Santo	42,67	1	41,31	2	21,76	3	27,50	2	20,91	2	13,80	4
Amazonas	35,04	2	36,66	3	4,86	16	3,05	19	30,18	1	33,61	1
Mato Grosso do Sul	22,19	10	32,49	4	8,28	13	19,33	4	13,91	4	13,16	5
Pará	31,70	3	28,93	5	29,35	1	26,66	3	2,35	17	2,27	19
Maranhão	28,27	6	28,08	6	13,66	7	13,19	8	14,61	3	14,89	3
Santa Catarina	22,87	8	26,41	7	13,64	8	10,27	12	9,22	9	16,14	2
R. G. do Sul	28,63	5	24,25	8	17,09	4	15,78	5	11,54	5	8,47	10
Paraná	24,72	7	24,14	9	14,33	6	13,44	7	10,40	6	10,70	7
Bahia	22,52	9	21,86	10	12,99	9	11,07	10	9,54	8	10,79	6
Minas Gerais	19,87	12	19,78	11	14,68	5	14,31	6	5,19	13	5,47	15
São Paulo	20,53	11	18,65	12	10,61	10	8,02	15	9,92	7	10,63	8
Goiás	13,03	14	17,95	13	8,50	11	11,64	9	4,53	14	6,32	13
Rio de Janeiro	14,10	13	16,99	14	8,45	12	8,74	14	5,65	10	8,25	11
Rondônia	6,94	18	14,77	15	6,03	15	9,08	13	0,91	24	5,69	14
Pernambuco	7,93	17	12,86	16	2,66	21	2,37	21	5,26	11	10,49	9
Tocantins	4,28	21	11,95	17	2,93	19	10,40	11	1,35	22	1,55	22
Ceará	9,59	15	9,27	18	4,34	17	2,74	20	5,25	12	6,52	12
Alagoas	8,90	16	8,78	19	6,63	14	5,01	17	2,28	19	3,78	17
Amapá	5,73	19	7,37	20	4,09	18	6,10	16	1,63	20	1,27	24
Piauí	1,41	25	4,45	21	0,79	24	3,54	18	0,61	25	0,91	25
Paraíba	4,54	20	4,21	22	1,98	22	0,86	24	2,56	16	3,35	18
R. G. do Norte	3,87	22	3,38	23	2,76	20	1,93	22	1,10	23	1,45	23
Sergipe	3,04	23	2,64	24	1,55	23	0,88	23	1,50	21	1,76	20
Distrito Federal	2,51	24	2,19	25	0,17	27	0,46	25	2,34	18	1,73	21
Roraima	0,82	26	0,69	26	0,77	25	0,39	26	0,05	27	0,30	26
Acre	0,74	27	0,54	27	0,68	26	0,39	27	0,06	26	0,15	27
Brasil	19,81	---	20,06	---	11,33	---	10,85	---	8,49	---	9,21	---

Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE. Ordenado por GA de 2015.

Enquanto isso, o estado do Ceará apresentou redução do GA passando de 9,59% do PIB em 2007 para 9,27% em 2015, bastante explicado pela perda de importância das exportações que cuja participação no PIB passou de 4,34%, em 2007, para 2,74% em 2015. Por outro lado, as importações cearenses apresentaram ganho de importância, passando de 5,25% do PIB, e 2007, para 6,52% do PIB em 2015, revelando que o estado manteve e intensificou ainda mais seu padrão comercial de predominantemente importador. A mesma análise pode ser feita para todos os outros estados.

Vale ainda notar pela análise da Tabela 5, que em 2007, vinte estados apresentaram participação das exportações no PIB superior a participação das importações. Os casos mais representativos foram: Pará e Mato Grosso cuja diferença de participação foi acima dos vinte pontos percentuais, seguido por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rondônia cuja diferença de participação foi entre cinco e dez pontos percentuais revelando que esses estados apresentavam uma pauta predominantemente exportadora.

Por outro lado, sete estados apresentaram maior participação das importações na corrente de comércio, com destaque para Amazonas que apresentou diferença frente as exportações acima de vinte e cinco pontos percentuais, seguido por Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Distrito Federal, Maranhão, Ceará e Paraíba, revelando a importância das importações para esses estados.

Em 2015, o número de estados que apresentou maior peso das exportações no PIB reduziu-se para dezoito. Mato Grosso e Pará ocuparam as primeiras posições no ranking. Chama atenção os estados do Espírito Santo e Tocantins cuja participação das exportações no PIB saltou de 0,86% e 1,58%, em 2007, para 13,70% e 8,85%, em 2015 e o estado de Mato Grosso do Sul que era predominantemente importador e passou a ser predominantemente exportador.

Por outro lado, nove estados apresentaram maior peso das importações, Amazonas, Pernambuco, Santa Catarina, Ceará, São Paulo, Paraíba, Maranhão, Distrito Federal e Sergipe. Desta vez, chama atenção os estados de Santa Catarina e São Paulo que eram mais exportadores em 2007, e passaram a ser mais importadores em 2015. O Ceará intensificou ainda mais a sua participação das importações entre os dois anos.

Por fim, é possível se ter uma visão mais detalhada da distribuição do grau de abertura econômica por estados no território nacional através das Figuras 1 e 2 para os anos de 2007 e 2015.

Nota-se que a grande maioria dos estados permaneceu na mesma faixa de GA entre os anos de 2007 e 2017. Contudo, vale destacar algumas mudanças ocorridas. Cinco estados aumentaram seu GA provocando mudança de faixa, Tocantins saiu de um GA abaixo de 5% para acima de 10% do PIB; Pernambuco e Rondônia saíram de um GA abaixo de 10% para acima de 10% do PIB; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul saíram de um GA abaixo de 30% para a faixa acima dos 30% do PIB. Por outro lado, Pará saiu da faixa acima de 30%, para a faixa abaixo dos 30% do PIB e São Paulo, saiu da faixa acima de 20%, para abaixo dos 20% do PIB.

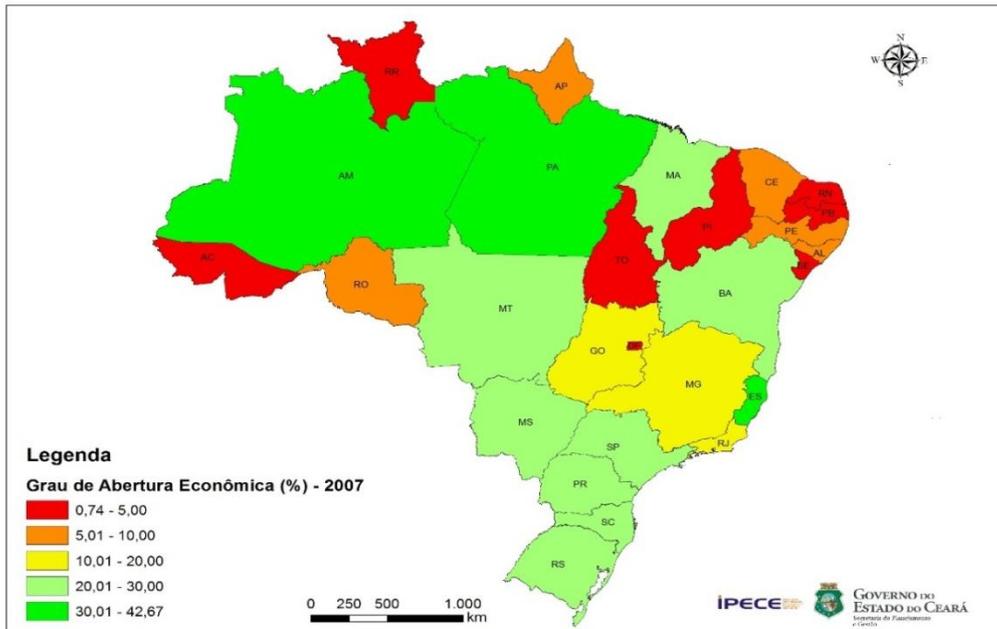


Figura 1: Mapa do Grau de Abertura Econômica segundo Estados – 2007.

Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

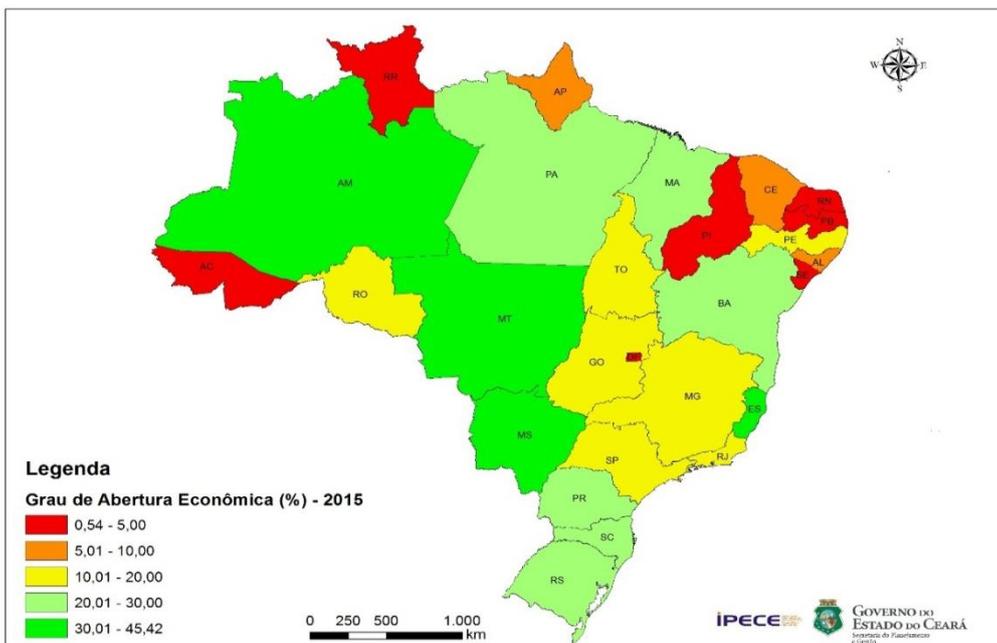


Figura 2: Mapa do Grau de Abertura Econômica segundo Estados – 2015.

Fonte: SECEX/MDIC. Contas Regionais/IBGE. Elaboração: IPECE.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de tudo é necessário afirmar que a relação entre grau de abertura e o nível de atividade econômica, medido pelo Produto Interno Bruto não é tão clara, visto que alguns estados pobres brasileiros apresentaram elevados e outros apresentaram baixos graus de abertura comercial, ou seja, não foi observada uma relação notória entre grau de abertura e estados mais ricos do país.

É possível concluir pelos dados ora analisados que o Brasil vem recuperando paulatinamente o perfil comercial apresentado no período pré-crise de 2009, quando foi registrado uma nítida ruptura da trajetória de crescimento do grau de abertura comercial brasileira.

Na análise por regiões foi possível observar que a região Norte, apesar de ser a mais pobre do país, foi a que registrou o maior grau de abertura comercial revelando a importância das trocas comerciais para aquela região, em especial para os estados do Amazonas e Pará.

A região Sul segue um padrão de abertura comercial muito próximo ao registrado pela região Norte, apesar de certo descolamento entre os anos de 2010 e 2014. O Centro-Oeste, por sua vez, foi a região que registrou o maior avanço do grau de abertura comercial no pós-crise resultado do bom desempenho comercial dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A região Sudeste, por ser a região mais rica do país, segue aproximadamente o perfil geral do país, com leve descolamento para baixo, em função do grau de abertura comercial nacional ter sofrido forte influência dos resultados obtidos pela região do Centro-Oeste.

A região Nordeste apresentou o menor grau de abertura comercial do país, pois dos dez estados com menor grau de abertura econômica, seis estão localizados nessa região, a exceção fica por conta dos estados do Maranhão e da Bahia, que chegam a apresentar graus de abertura econômica superior ao do país. Destaca-se que esta região também vem incrementando a participação no comércio exterior nos últimos anos, principalmente por conta da forte recuperação apresentada pelo Maranhão e Bahia e também pelas contribuições dadas pelos estados de Pernambuco e Ceará.

Após toda essa análise é possível classificar o grau de abertura das regiões e estados da federação, em relação ao GA do país e ao padrão de comércio exterior, em oito grupos diferentes:

1 – regiões ou estados com GA superior em todos os anos (ou quase todos), predominantemente exportador: Pará, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul.

2 - regiões ou estados com GA superior em todos os anos (ou quase todos), predominantemente importador: Amazonas e Santa Catarina.

3 – regiões ou estados com GA inferior ao do país em todos os anos (ou quase todos), predominantemente exportador: Região Centro-Oeste, Rondônia, Tocantins, Amapá, Goiás e Piauí.

4 - regiões ou estados com GA inferior ao do país em todos (ou quase todos) os anos, predominantemente importador: Região Nordeste, Distrito Federal, Pernambuco, Ceará, Paraíba e Sergipe.

5 - regiões ou estados com GA superior em todos os anos (ou quase todos), com comércio externo equilibrado, com viés exportador, no último ano: Região Norte, Região Sul, Paraná e Bahia.

6 - regiões ou estados com GA superior em todos os anos (ou quase todos), com comércio externo equilibrado, com viés importador, no último ano: Maranhão.

7 - regiões ou estados com GA inferior em todos os anos (ou quase todos), com comércio externo equilibrado, com viés exportador, no último ano: Região Sudeste, Roraima, Acre, Rio de Janeiro, Alagoas e Rio Grande do Norte.

8 - regiões ou estados com GA inferior em todos os anos (ou quase todos), com comércio externo equilibrado, com viés importador, no último ano: São Paulo.

Constatou-se que as exportações brasileiras continuam ligadas ao fator de produção mais abundante que é a terra, quando a produção de grãos ocupa o primeiro lugar no ranking nacional. A região Sudeste exportou principalmente óleos brutos de petróleo, minérios de ferro, café em grãos e açúcar de cana. A região Sul vendeu principalmente soja, carne de aves e de suínos, fumo e açúcar de cana. O Centro-Oeste comercializou especialmente soja, milho em grãos, carne bovina e algodão. A região Norte exportou principalmente produtos de extração mineral, alumina calcinada, soja e carne bovina. Por fim, a região Nordeste exportou soja, pasta química de madeira, alumina calcinada.

Diferentemente do Brasil, as exportações cearenses são formadas principalmente por produtos intensivos em mão de obra, a exemplo de calçados, frutas, couros e peles e gordura vegetal, que correspondem aproximadamente 70% da pauta de 2015. Nota-se que essa composição da pauta foi observada para todo o período analisado.

É importante ressaltar que o estado do Ceará possui 93% de seu território inserido na região do semiárido nordestino, o que o torna vulnerável aos fenômenos da seca, caracterizada principalmente pela irregularidade têmporo-espacial e escassez pluviométrica em determinados períodos do ano, na qual, é potencializado seu efeito pelas altas taxas de evaporação/evapotranspiração. Parte significativa dos seus solos apresenta-se degradados ou em estágios avançados de desertificação, com forte insuficiência de recursos hídricos. A deficiência dos recursos hídricos se constitui como um dos principais empecilhos para a ocupação humana e para a satisfação das necessidades das atividades do meio rural. Essas características explicam, em parte, o fato das exportações cearenses se concentrarem em bens industrializados cujo fator intensivo utilizado na produção desses bens tem sido a mão de obra. Todavia, o estado destaca-se por ficar grande parte do ano exposto ao sol e possuir ventos contínuos.

Com isso, para aumentar o grau de abertura da economia cearense, via exportações, faz-se necessário identificar as vocações regionais atreladas aos fatores de produção mais abundantes no estado. Sendo assim, a expansão das vendas externas passa pela identificação e aprimoramento de culturas agrícolas que demandem pouca água e exigindo também menor extensão territorial. Por outro lado, deve-se continuar apoiando as grandes empresas participantes da pauta de exportações sem deixar de incentivar a participação das pequenas já localizadas no estado, absorvendo o fator trabalho. Ademais, faz-se necessário desenvolver polos de tecnologia que geram produtos de alto valor agregado, a destacar o setor de farmoquímicos, produtos de informática, em parceria com o complexo universitário.

Para isso é importante que exista um centro de inteligência que possa identificar essas potencialidades e promover a política de exportação do Ceará, conciliando os interesses públicos e privados e aproveitando os canais e modais do comércio exterior já existentes no estado, com vista a criar um ambiente de negócios mais favorável.

REFERÊNCIAS

- APPLEYARD, D. R., FIELD, A. J. Jr., **International Economics**, 3rd Ed., Irwin/McGraw-Hill, 1998.
- APPLEYARD, D. R., FIELD, A. J. Jr., COBB, S. L., **Economia Internacional**, 6ª Ed., McGraw Hill, 2010.
- BACEN. Boletim Regional. Grau de Abertura ao Comércio Externo: uma análise regional. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2013/10/br201310b1p.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2017.
- GALBRAITH, J. K., **O pensamento econômico em perspectiva – Uma história crítica**. Ed. Pioneira, 1989.
- KRUGMAN, P. R., OBSTFELD, M., **Economia Internacional Teoria e Prática**, 5ª Ed., Ed. Makron Books, 2001.
- KRUGMAN, P. R., OBSTFELD, M., **Economia Internacional**. 8ª Ed., Ed. Pearson/Prentice Hall, 2010.
- HERRERO, LOBEJÓN. **El Comercio Internacional**. Madrid, AKAL, 164 p., 2001.
- IBGE. Contas Regionais. Diversos anos. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/2021-np-contas-regionais-do-brasil/9054-contas-regionais-do-brasil.html?&t=resultados>>. Acesso em: 30 nov. 2017.
- IPLANCE. Atlas do Ceará. Fortaleza, 1995. 64 p.
- MDIC. Micro dados. Diversos anos. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/base-de-dados-do-comercio-exterior-brasileiro-arquivos-para-download>>. Acesso em: 04 set. 2017.
- RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. Volume I, Nova Cultural, 1988.
- VON DOELLINGER *et. al.* (1974). **A Política Brasileira de Comércio Exterior e seus Efeitos: 1967/1973**. Rio de Janeiro, IPEA. 168 p. (Relatórios de Pesquisa, 22), 1974.